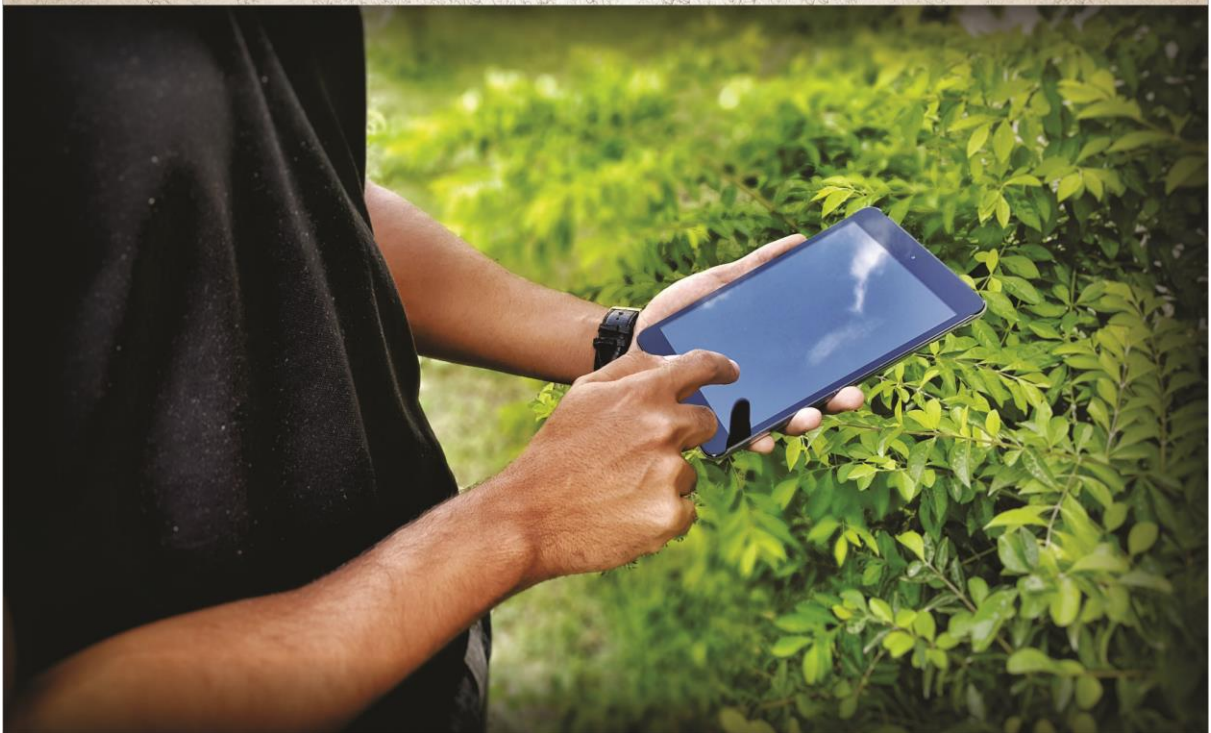


FRANCISCO RICARDO DUARTE
ANDRÉ MURITIBA ARAÚJO
LUZIA COELHO RODRIGUES
(ORGANIZADORES)

ANÁLISE DO AGRONEGÓCIO

ATRAVÉS DE CARTAS ESCRITAS
POR UNIVERSITÁRIOS



ENGENHARIA DE
Produção

UNVASF

FRANCISCO RICARDO DUARTE
ANDRÉ MURITIBA ARAÚJO
LUZIA COELHO RODRIGUES
(Organizadores)

ANÁLISE DO AGRONEGÓCIO
ATRAVÉS DE CARTAS ESCRITAS POR UNIVERSITÁRIOS

Petrolina - PE
Universidade Federal do Vale do São Francisco
2016

Copyright

Direitos autorais do texto original © 2016 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº9.610, de 19/02/98.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia escrita da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quaisquer forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

A532 Análise do agronegócio: através de cartas escritas por universitários
[Recurso eletrônico]. / Organizado por Francisco Ricardo Duarte,
André Muritiba Araújo e Luzia Coelho Rodrigues. - - Petrolina:
UNIVASF, 2016.
70 p. : il.

ISBN: 978-85-60382-77-4

1. Agronegócio. 2. Agricultura. 3. Relatos escritos. I. Título. II.
Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF.
Bibliotecária: Luciana Souza Oliveira CRB5/1731.

Agradecimentos

Este livro é fruto de muita orientação e cooperação direta ou indireta de muitas pessoas, às quais somos muito gratos. A elaboração desta obra consistiu mediante a participação valiosa dos alunos de Engenharia da Produção e de Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), participantes da disciplina Agronegócio do Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção da Univasf.

Em caráter especial agradecemos ao professor doutor Francisco Ricardo Duarte, que compartilhou de forma singular, suas ideias sobre o tema, cuja orientação mediou discussões que fomentaram a elaboração dos textos que compõem o livro.

Na formulação, contamos com a ajuda inestimável de vários colegas e amigos que generosamente cederam seu tempo escasso para ler e comentar o texto. Em uma empreitada admirável, Francisco Ricardo Duarte, André Muritiba Araújo, Luzia Coelho Rodrigues que, de forma brilhante, organizaram a estruturação do livro, Abdinardo Moreira Barreto de Oliveira que prefaciou esta primeira edição, Francisco Alves Pinheiro, atual coordenador do curso de Engenharia de Produção da Univasf que apresenta este exemplar. Todos estes contribuíram com seu conhecimento e experiência, com críticas e sugestões significantes. Eles, naturalmente, estão eximidos de qualquer responsabilidade sobre os eventuais erros e omissões, que são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Registramos ainda, os nossos agradecimentos ao Diretor do Sistema Integrado de Biblioteca da Univasf – Lucídio Lopes de Alencar e a Bibliotecária Luciana Oliveira.

Por fim, agradecemos o comprometimento de todos os autores para que este volume não ficasse apenas em projeção. Dedicamos este livro a você leitor em conjunto com toda a comunidade acadêmica.

“Quem ama, algumas vezes precisa ter a sabedoria de um agricultor, que sabe que nenhuma planta cresce e dá frutos da noite para o dia. É preciso muitos cuidados, dedicação e a crença de que após determinado período, caso pragas e intempéries não assolem a plantação, será feita uma boa colheita. ”

(Augusto Branco)

Prefácio

É com imensa alegria, caro leitor, que escrevo o prefácio deste livro, com o primaz objetivo de convidá-lo à sua leitura e posterior reflexão sobre os temas aqui postos.

A primeira razão, de entusiasmo, reside na vanguarda desta obra em procurar uma comunicação direta entre a academia e os então representantes públicos da sociedade brasileira através do formato de cartas, na busca de (re) estabelecer um diálogo acerca do Agronegócio brasileiro, ilustrando sua importância e potencialidades, bem como dos entraves que ainda insistem em lhe rodear.

A segunda razão, de contentamento, está no remetente destas cartas: os acadêmicos dos cursos de Engenharia de Produção e de Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Estes, ainda em seu período de formação profissional, procuram diagnosticar a situação do Agronegócio brasileiro sob várias vertentes, fazendo inclusive discussões, reflexões e até mesmo proposições sobre os problemas nele identificados, numa demonstração de pleno exercício cívico.

A terceira razão, de orgulho, está na inteligência de como o Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte organiza as ideias e reflexões dos nossos alunos em textos fáceis de compreensão para o público não tão familiarizado com a normativa acadêmica, de maneira a elucidar-lhes uma famosa citação de Kurt Lewin: “nada mais prático do que uma boa teoria”.

Nesse sentido, caro leitor, convido-o para uma jornada literária acerca do Agronegócio brasileiro sob a ótica dos acadêmicos de Engenharia de Produção e de Administração da UNIVASF, os quais estão geograficamente situados numa das regiões frutícolas mais importantes do país, que é o Vale do submédio São Francisco, notadamente lembrado pelas cidades irmãs de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Desejo-lhe, uma boa leitura!

Pato Branco, 28 julho de 2016.

Prof. Dr. Abdinardo Moreira Barreto de Oliveira

Trabalhou por dez anos na UNIVASF (2006-2016), atualmente lotado na UTFPR, Campus Pato Branco.

Apresentação

O propósito deste livro é apresentar a visão dos autores sobre o estágio atual do agronegócio nacional e/ou local, através de cartas endereçadas a autoridades das esferas nacional, regional e local, com vista à proposição de medidas para a melhoria do setor, bem como para a sensibilização dos tomadores de decisão para as vicissitudes prementes do referido setor.

Os textos foram gestados nas discussões travadas pelos alunos e fomentadas pelo professor doutor Francisco Ricardo Duarte, na disciplina "Agronegócio", do Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). O formato de cartas, endereçadas a diferentes autoridades públicas relacionadas à temática do Agronegócio, tenta resgatar um hábito suprimido pelo avanço das tecnologias de comunicação, ao mesmo tempo em que força o aluno a meditar nas construções linguísticas do nosso vernáculo. Trata-se de uma importante forma de comunicação na transmissão de conhecimentos que não deve ser esquecida.

O Apóstolo Paulo, ao escrever as 14 cartas (de Romanos a Hebreus no Novo Testamento), utilizou essa ferramenta para comunicar-se com as recém-estabelecidas comunidades cristãs, fornecendo-lhes os necessários conselhos e encorajamento. Cerca de dois mil anos depois, essas cartas continuam sendo lidas e meditadas em todo o mundo. No presente livro, optou-se por uma estrutura de 12 cartas, em que cada texto tem uma temática e está endereçada a uma autoridade nomeada e com poder decisório sobre uma pasta na estrutura de decisão, seja federal, estadual ou municipal.

Iniciando pelas reflexões sobre a organização e gestão do agronegócio brasileiro, Rodrigo Jambeiro e João Mello Filho, escrevem ao excelentíssimo Presidente da República do Brasil, em exercício, Michel Temer, dando conta da importância do agronegócio brasileiro, mas, ao mesmo tempo, advertindo de suas fragilidades no descompasso com as políticas públicas de incentivo ao setor, como estradas, tecnologias e financiamentos.

Em seguida, os autores André Muritiba e Natanael Cardoso, em carta ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Blairo Maggi, destacam o agronegócio brasileiro como um dos principais setores exportadores do Brasil, responsável pelo equilíbrio das contas externas, e reforçam a necessidade de fontes de financiamentos para o setor. Leandro Souza e Ric Marcel escrevem ao Ministro da Fazenda, Henrique Meireles, para

lembrar-lhe que mesmo em momentos de crises econômicas, os agricultores, principalmente os pequenos da agricultura familiar, precisam de investimentos nas lavouras e nos lavradores.

Em carta ao Secretário de Transporte de Pernambuco, Sebastião Oliveira, José Ellys e Felipe Araújo destacam a necessidade de inovação nos modais de transporte para vencer um dos principais gargalos para o crescimento das exportações.

Mantendo o foco na realidade regional do Submédio do Vale do São Francisco, Allan Dias e Gabriel Cavalcanti propõem a criação de um "mercado de futuros" para o mercado agroexportador da fruticultura irrigada ao Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco (SFA-PE), Samuel Salazar. Acreditam os autores que este pode ser um instrumento importante na alavancagem do crescimento da fruticultura irrigada do Vale.

Preocupados com a situação do agronegócio no Vale do São Francisco, Felipe Andrade e Marcos Araújo propõem ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, a criação de políticas públicas voltadas para o agronegócio, em Pernambuco, com vista à melhoria da qualidade de vida dos agricultores de base familiar.

Nas próximas quatro cartas, com autores e destinatários diferentes, retomase um tema difuso em quase todas as cartas, que é a importância da agricultura familiar para o Brasil: o Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, é o destinatário de uma carta. Nesta, Ailton Abel e Pollyana Gusmão parabenizam todo o esforço que tem sido aplicado nos últimos anos no sentido de dar à agricultura familiar a devida importância na economia nacional.

A estudante de Graduação em Engenharia de Produção da UNIVASF, Letícia Oliveira, em carta endereçada ao Secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento da Bahia, Aliomar Nascimento, reforça a necessidade do fortalecimento da agricultura de base familiar. Lucas Di Paula e Wendell Ramon fazem uma reflexão sobre a agricultura familiar, em carta endereçada ao Ministro Blairo Maggi. Os autores esperam que seja dispensado um novo olhar com o intuito de melhorar ainda mais a economia local, regional e nacional, promovendo a inclusão dos trabalhadores e a valorização da agricultura familiar. Matheus Belém e André Correia, em carta ao Ministro de Ciência, Tecnologia e Comunicação, Gilberto Kassab, destacam a necessidade de políticas públicas que permitam o acesso às novas Tecnologias para o pequeno produtor.

Ao Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, foi endereçada outra carta com a temática da Extensão Rural no Vale do São Francisco. Nela, Adna Araújo e Jádriel Barros destacam a importância da Assistência Técnica e Extensão

Rural na capacitação dos pequenos produtores de base familiar. As duas últimas cartas são endereçadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi. Nela, Júlia Matos e Denilton Santana propõem que o ministro promova o investimento no Setor de Pesca, com destaque para a organização dos produtores em cooperativas e colônias de pescadores.

Para finalizar, um tema que não poderia faltar aos estudantes atentos com o desenvolvimento do agronegócio em níveis sustentáveis: Jéfferson Araújo conclama o ministro Blairo Maggi a desenvolver políticas públicas voltadas à conscientização de toda a sociedade para o desenvolvimento do agronegócio, em bases econômica, social e ambientalmente sustentáveis.

O Colegiado de Engenharia de Produção da UNIVASF congratula-se com a iniciativa do professor Francisco Ricardo Duarte, na determinação de formar profissionais cidadãos inseridos e conscientes da realidade social, aptos à reflexão e ação em temas da maior importância para o desenvolvimento da nação brasileira.

Prof. Dr. Francisco Alves Pinheiro

Coordenador do Colegiado de Engenharia de Produção da UNIVASF

Autores

Francisco Ricardo Duarte (Organizador)

<http://lattes.cnpq.br/1491869394270803>

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis e em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (1997). Especialista em Administração, Orientação e Supervisão Escolar e também especialista no Ensino de Filosofia. É mestre em Administração (Gestão de Negócios) pela Universidade Estadual de Londrina (2002). Doutor em Difusão do Conhecimento - pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2012). É Professor Adjunto II da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Tem experiência na área de Administração e Educação, com ênfase em Administração de Empresas, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão da tecnologia e da inovação, educação, responsabilidade social, filosofia e ética profissional, tecnologia de informação, educação a distância, território e gestão do conhecimento e gestão pública. Desde 2012 vem atuando como Secretário de Educação a Distância da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), onde tem implementado inúmeros cursos de graduação e pós-graduação. É também coordenador do Bacharelado em Administração Pública, nessa mesma universidade.

Luzia Coelho Rodrigues (Organizadora)

<http://lattes.cnpq.br/1547819630370895>

Mestre em Administração (UFBA), especialista em Capacitação Pedagógica de Professores (UFRPE) e graduada em Letras (UPE). Tem atuação na área de Gestão de Pessoas de Instituições Federais de Ensino e experiência docente com as disciplinas Português, Redação, Literatura Brasileira e Gestão de Pessoas no Setor Público. Atualmente faz parte da Equipe Multidisciplinar da EAD/UNIVASF. Temas de interesse: Gestão de Pessoas, Avaliação e Gestão, Educação a Distância.

André Muritiba Araújo (Organizador e Autor)

<http://lattes.cnpq.br/2011747257564557>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Adna Suelle Alencar M de Araújo

Bacharelada em Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Ailton Abel Rodrigues Santos

<http://lattes.cnpq.br/1028215255153071>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Allan José Gonçalves Dias

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

André Luiz Araújo e Correia

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Denilton de Castro Santana

<http://lattes.cnpq.br/4691357139071673>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Felipe Araújo Ferreira

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Felipe Jeronimo de Andrade

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Gabriel Arlego Tavares Cavalcanti

Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Jadiel Barros da Silva

<http://lattes.cnpq.br/5160458371667043>

Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Jéfferson Jesus de Araújo

<http://lattes.cnpq.br/1139971971095457>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

João Marques de Melo Filho

<http://lattes.cnpq.br/3450860446764773>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

José Ellys Evangelista Silva de Andrade

<http://lattes.cnpq.br/9723809287299414>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Júlia Góes Matos

<http://lattes.cnpq.br/0147682561173944>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Leandro Silva Souza

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Letícia de Souza Oliveira

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Lucas Di Paula Gama dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/2635445188752374>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Marcos Alberto de Araújo

<http://lattes.cnpq.br/6391729943626993>

Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Matheus Morais Belém

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Natanael Cardoso de Macedo

<http://lattes.cnpq.br/6553535570411325>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Pollyana Gusmão da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2566701890494997>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Ric Marcel Lima de Souza

<http://lattes.cnpq.br/2457673060224600>

Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Rodrigo Jambeiro Pinto

<http://lattes.cnpq.br/0601364553952685>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Wendell Ramon Barbosa Machado

<http://lattes.cnpq.br/9914843190898685>

Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Sumário

Reflexões sobre Organização e Gestão do Agronegócio Brasileiro.....	14
Agronegócio Brasileiro.....	23
Investimentos para o Agronegócio.....	27
Inovação de modais alternativos de transporte.....	31
Mercado agroexportador da fruticultura irrigada.....	35
Políticas públicas voltadas para o agronegócio em Pernambuco.....	39
Importância da Agricultura Familiar para o Brasil.....	43
Reflexão sobre a Agricultura Familiar.....	51
Tecnologias para o pequeno produtor.....	56
Extensão Rural no Vale do São Francisco.....	60
Proposta de Investimentos no Setor de Pesca.....	63
Produção sustentável.....	67

Reflexões sobre Organização e Gestão do Agronegócio Brasileiro

Petrolina, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor
Michel Miguel Elias Temer Lulia
Presidente da República em Exercício
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 3º Andar
CEP 70150 - 900

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Somos estudantes do curso de Engenharia de Produção, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e cidadãos brasileiros, conscientes e preocupados com o futuro do Agronegócio brasileiro, motivo pelo qual viemos propor reflexões a respeito dos principais entraves ao desenvolvimento desse setor tão importante para a economia nacional.

Conforme Breitenbach (2014), o Agronegócio tem se apresentado como o setor de maior contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e para geração de superávit na balança comercial brasileira; já que se trata do setor que mais exporta, atendendo a demandas em diversos mercados do mundo no que diz respeito aos produtos alimentícios primários e não manufaturados (Café, Açúcar, Suco de Laranja, Soja, Milho, Carne Bovina, Suína e de Aves), ramo no qual o Brasil é grande produtor.

Só para exemplificar, em termos de números, o setor representou, em 2014, o equivalente a um valor entre 22 e 23% (cerca de R\$ 1,1 trilhão) do PIB brasileiro, com as atividades agrícolas respondendo por 70% desse valor, ficando os outros 30% com a pecuária (MAPA, 2014).

Cabe destacar, também, que o país possui condições naturais favoráveis ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, tendo 22% das terras agricultáveis de todo o mundo, chuvas regulares, clima diversificado, energia solar abundante e 13% da água doce do planeta (MAPA, 2010 apud MEURER e SOUZA, 2012), além de uma parcela significativa da população vivendo no campo, ou seja, 30,7 milhões de habitantes (IBGE, 2013 apud SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS, 2015).

No entanto, ainda existem grandes desafios a serem superados para que o potencial da agricultura possa ser atingido em sua plenitude. Afinal, a realidade de muitas unidades produtivas no Brasil ainda registra indicadores como escassez de recursos, baixa produção e produtividade e nenhuma agregação de valor, o que, entre outros fatores, vem provocando a descapitalização desses agricultores e a necessidade, em alguns casos, de vender seu imóvel e migrar para o meio urbano em busca de outras atividades (BREITENBACH, 2014).

Entre as principais causas desses gargalos, de acordo com Novaes *et al.* (2010), estão a alta carga tributária, ineficiência dos serviços públicos em quesitos como logística e infraestrutura (predominância do modal rodoviário) e o acesso escasso a informação - principalmente das unidades familiares de menor porte ou menor renda – referentes a detalhes técnicos e fundamentais, como novas tecnologias e seu uso, bem como gestão de custos nas atividades produtivas (BREITENBACH, 2014).

No que se refere à inclusão da Tecnologia da Informação (TI) nas operações do Agronegócio, vale lembrar que, com a grande evolução da tecnologia ao longo dos anos, essa pode ser uma ferramenta interessante para auxiliar o produtor a ganhar vantagem competitiva e comercializar com maior margem de ganho real em relação a sua produção, afinal pode proporcionar um amplo acesso a informações valiosas para a tomada de decisões, que, por sua vez, orientam sobre a melhor forma de agir para comercializar os produtos (SOUZA, 2013).

No entanto, conforme Santos e Mendes (2010), essa inclusão se constitui um sério problema no Brasil. Por exemplo, em 2008, a parcela de agricultores que desconheciam a TI era de aproximadamente 73%, sendo as causas normalmente apontadas: dificuldades de adaptação a novas tecnologias ou desestímulo mediante a falta de estrutura adequada, uma vez que as instituições brasileiras de apoio ao uso dessa tecnologia estavam predominantemente concentradas nas regiões mais ricas do país, a exemplo do Sudeste (SANTOS; MENDES, 2010).

Atualmente, esse cenário, de maneira geral, não parece ter mudado muito. De acordo com Deponti (2014) apud Affonso *et al.* (2015, p.46), “existe um descompasso entre os vários softwares de gestão e a pouca aderência por parte dos produtores, visto que existe uma desconexão das aplicações com as necessidades e habilidades deste público”.

Affonso *et al.* (2015) ainda destacam que o uso da Tecnologia da Informação, principalmente para os agricultores familiares, muitas vezes é difícil pois vivem um cenário no qual o acesso a algumas tecnologias (como a internet) é pequeno ou não existe.

Outro ponto de grande impacto para o estrangulamento das capacidades do Agronegócio brasileiro diz respeito à infraestrutura logística nacional. Segundo Farina e Zylbersztajn (1994), o custo advindo destas operações reflete de forma direta no preço final do produto agropecuário e se associa ao aumento das despesas de transação, o que foi visto também por Ballou (1993), que afirma que a evolução da estrutura econômica de um país está diretamente ligada à melhoria dos serviços de logística.

Além disso, conforme Lima (2006), no Brasil os custos encadeados pela questão logística representam 12,6% do PIB, sendo 7,5% referentes ao transporte, 3,9% ao estoque, 0,7% à armazenagem e 0,5% dizem respeito ao setor administrativo. No mesmo sentido, Caixeta Filho (2006) estima que o valor final da produção seja encarecido em 5,4% por causa das despesas com fretes rodoviários.

A fim de ilustrar essa situação, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) realizou um comparativo entre Brasil e Estados Unidos, utilizando a soja como exemplo, haja vista que esses são os maiores produtores exportadores mundiais, baseado nos dados de Sousa (2004). Esse comparativo é ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Comparativo de custos logísticos – Soja 2003 – US\$/t

Descrição	Brasil	EUA
I – Preço FOB	216	216
II – Frete até o porto [1]	35,00	15,00
III – Despesas portuárias	6,00	3,00
IV – Subtotal (II+III)	41,00	18,00
Part. Pct s/ FOB [CIV/I]x100] - %	18,98	8,33
V – Renda do Produtor (I-IV) [1]	175,00	198,00

Fonte: Adaptada de Souza (2004)

Percebe-se a partir da análise da tabela 1, que o custo logístico associado ao Brasil representa 18,8% do preço praticado para o ano de 2003. Nos Estados Unidos, por sua vez, esse valor diz respeito a 8,3%, demonstrando, de certa forma, o abismo a ser enfrentado pelo Brasil para melhorar os seus processos logísticos. As despesas portuárias encadeadas no Brasil, por sua vez, são no mínimo duas vezes maiores do que seu concorrente e o frete

interno 2,3 vezes superior. Essa diferença está associada à matriz de transporte de cada país e ao modal predominante, explicitados por Naves (2007) na Tabela 2.

Tabela 2 – Matrizes de transportes em alguns países

Países	Modal - Part. Pct (%)			Extensão milhões km ²
	Rodoviário	Ferroviário	Hidroviário	
Brasil	63	24	13	8,5
Brasil soja	67	28	5	
EUA	32	43	25	9,2
EUA soja	16	23	61	

Fonte: Naves (2007)

Essa relação entre as matrizes de transporte é consequência direta da opção estratégica adotada pelo Brasil em meados dos anos 50, na qual o modal rodoviário foi privilegiado em relação aos demais, e houve, posteriormente, uma redução na capacidade de investimento nesse tipo de infraestrutura por parte do estado (MARCHETTI E VILLAR, 2007).

Ainda reiterando a importância da logística no agronegócio brasileiro, a participação do complexo logístico na perda total referente ao agronegócio, pode ser visualizada na Figura 1.

Os resultados fornecidos na figura 1 demonstram, claramente, que a principal causa dos desperdícios para o Agronegócio (50%) decorre de problemas relacionados ao transporte de cargas mediante as preferências modais utilizadas.

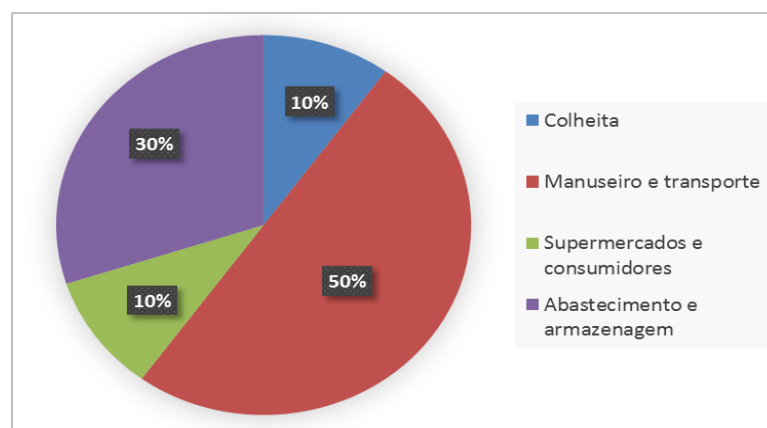


Figura 1 – Participação do complexo logístico na perda total do agronegócio
Fonte: EMPRAPA/Gomes de Oliveira apud Chagas (2010)

De acordo com a Confederação Nacional dos Transportes (2015), o modal rodoviário é ainda hoje o mais utilizado na movimentação de cargas (61%), seguido pelos modais ferroviários (20,7%), aquaviário (13,6%), dutoviário (4,2%) e aéreo (0,4%). Dado a esse desequilíbrio na matriz de transportes, o modal de transportes rodoviário, mais recomendado para deslocamentos de pessoas e bens a curtas distâncias, acaba também sendo usado em viagens mais longas, o que passa a oferecer risco iminente à qualidade e resguardo do que está sendo movimentado, dado que as mudanças ocorridas nas rodovias ao longo dos últimos anos não foram suficientes para conferir-lhes a segurança e qualidade ideal, uma vez que, conforme dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), dos mais de 100 mil quilômetros de rodovias avaliadas em 2015, 57,3% apresentaram alguma deficiência (CNT, 2015).

Por fim, vale mencionar a carga tributária do Brasil e seu impacto no principal setor da economia, o Agronegócio. Numa forma de tentar compensar seus gastos, o país dispõe de um sistema tributário formado por impostos, taxas e contribuições, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) (2011) apud Oliveira (2012), em 2010, resultou num total arrecadado de 35% do PIB. Em 2015, por sua vez, registrou-se um total de R\$ 2 trilhões pagos em impostos por brasileiros, o que representou marca inédita para a arrecadação em um ano, conforme dados da Associação Comercial de São Paulo (2015), registrados no IBPT (2016).

O setor de agronegócio, grande contribuinte para o desenvolvimento da economia do país, também tem sofrido com valores significativos de taxas e impostos, que, muitas vezes, são mais altas do que as taxas para o setor em países concorrentes. Por exemplo, conforme relatório desenvolvido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Centro de Conhecimento em Agronegócios (2010), o agronegócio responde por cerca de 20% da carga tributária do Brasil, um valor considerado alto. Nesse sentido, Oliveira (2012, p.791), afirma que “se considerados os efeitos da política fiscal sobre toda a cadeia produtiva dos alimentos, a carga tributária mundial média é de 7% a 8%, já no Brasil é de 35%”.

Portanto, Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, é inegável que, apesar das grandes vantagens encontradas em nosso território e das boas perspectivas para o futuro, o agronegócio ainda encontra problemas e desafios que estrangulam o seu enorme potencial.

O setor mostrou-se resistente ao longo dos últimos anos, apresentando bons números em participação no mercado internacional e resultados positivos na balança

comercial brasileira (BREITENBACH, 2014). No entanto, é preciso também sempre olhar para o futuro, e nesse quesito, a questão que não quer calar é: até quando, com todos os problemas que enfrenta e com o maior acirramento da competitividade no contexto mundial, o agronegócio brasileiro vai conseguir crescer e aumentar sua eficiência ou, ao menos, manter o patamar atual? Até quando vamos continuar não aproveitando totalmente o potencial que possuímos?

Estas são questões, definitivamente preocupantes, que demonstram cada vez mais a necessidade de ações concretas, tanto a curto quanto a longo prazo, por parte dos atores envolvidos nesse setor.

Ao governo, por exemplo, cabe promover a modernização de máquinas e equipamentos que dão suporte ao desenvolvimento das atividades no campo, bem como a aplicação de políticas mais flexíveis e ágeis de crédito, já que os juros aliados a altas taxas de importação de aparatos agrícolas vêm, ao longo dos anos, restringindo a inserção de novas tecnologias de ponta à agricultura em determinadas regiões, a exemplo do Nordeste (LOURENÇO; LIMA, 2009), minando uma maior agregação de valor ao produto e, conseqüentemente, a aquisição de vantagem competitiva.

Além disso, conforme Riddell (2014), executivo da KPMG (empresa que presta serviços profissionais de auditoria, impostos e consultoria), no Brasil, e líder para o setor de Agronegócio, pontos como “aumentar a eficiência operacional, fixar a população no interior com qualidade de vida e oportunidades, investir em infraestrutura e logística e realizar um planejamento de longo prazo para calibrar a oferta com o crescimento do consumo” também são primordiais.

No mesmo sentido, as empresas do setor privado também precisam estar preparadas para atuarem na geração de melhorias. Hoje, com o maior endurecimento das legislações ambientais e a disponibilidade de técnicas sustentáveis de produção, é importante que haja o investimento dessas empresas na implementação de gestão profissionalizada, trazendo mais credibilidade, bem como atraindo novos investidores e recursos que podem contribuir para essas empresas e, conseqüentemente, o nosso agronegócio, tornem-se mais robustos no enfrentamento da competitividade mundial (RIDDELL, 2014).

Sendo assim, fica claro que os desafios, embora longe de serem fáceis, não são impossíveis de serem superados. O Brasil já é um país diferenciado em termos de quantidade de terra para plantio, clima favorável e disponibilidade de recursos energéticos, o

que por si só, já nos coloca em posição de vantagem em relação a muitos concorrentes. É também expressivo em números no que diz respeito à produção, sobretudo de alimentos.

O gargalo, no entanto, encontra-se justamente na organização e gestão, que depende de investimentos (tanto públicos como privados), bem como da possibilidade de haver mudanças nas políticas econômicas internas (como taxas de impostos e juros), de realizar melhor organização da cadeia produtiva e de oferecer maior suporte aos produtores rurais. Se, nas próximas décadas, pudermos melhorar nesses quesitos, o país certamente terá todas as condições de consolidar-se, definitivamente, como potência mundial do agronegócio.

Respeitosamente,

Rodrigo Jambeiro Pinto

João Marques de Melo Filho

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Elaine Parra; HASHIMOTO, Cristina Toyoko; SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves. Uso de tecnologia da informação na agricultura familiar: Planilha para gestão de insumos. **Biblios online**, São Paulo-SP, n. 60, 2015. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/download/221/233>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.

BREITENBACH, Raquel. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 2, n. 2, Maio/Ago. 2014.

CAIXETA FILHO, José Vicente. A matriz brasileira de transportes está sujeita a uma revisão. In: 7º Congresso de Agribusiness, 2005, Rio de Janeiro: **Anais...** 2005.

CENTRO DE CONHECIMENTO EM AGRONEGÓCIOS. **Discutindo os Impactos da Tributação nos Sistemas Agroindustriais**. Disponível em: <http://file.aviculturaindustrial.com.br/Material/Tecnico/workshop_pensa.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CHAGAS, Elizabeth. **Logística e infraestrutura**: entendendo e superando os desafios e as barreiras. In: Crop World South America 2010, 23 e 24 de agosto de 2010, São Paulo. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Insumos_agropecuarios/65RO/App_logistica_infraestrutura-ASBRAM.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CNT. **Pesquisa CNT de Rodovias 2015**. Disponível em: <http://pesquisarodoviascms.cnt.org.br/Relatorio%20Geral/PESQUISA_CNT2015_BAIXA.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

FARINA, Elizabeth. M. M., Q; ZYLBERSZTANJ, Decio. **Competitividade e Organização das Cadeias Agroindustriais**. Costa Rica: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1994.

IBPT. **Brasileiros já pagaram R\$ 400 bilhões em impostos este ano**. Disponível em: <<https://www.ibpt.com.br/noticia/2399/Brasileiros-ja-pagaram-R-400-bilhoes-em-impostos-este-ano>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

LIMA, Marcos Pimenta. Custos logísticos na economia brasileira. **Revista Tecnológica**, Rio de Janeiro, janeiro. 2006.

LOURENÇO, Joaquim Carlos; LIMA, César Emanuel Barbosa de. **Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas**. In: Observatório de la Economía Latinoamericana, 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/clbl.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MAPA. **Produto Interno Bruto da agropecuária deve ser de R\$ 1,1 trilhão**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MARCHETTI, Dalmo dos Santos; VILLAR, Leandro Badini. **Dimensionamento do potencial de investimentos do setor ferroviário**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/08.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MEURER, Angélica Patrícia Sommer; SOUZA, Edinéia Lopes Cruz. Tendências e oportunidades de investimento no mercado do agronegócio brasileiro. In: VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT), 22 a 26 de outubro de 2012, Campo Mourão: **Anais...** 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Perfil do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/perfil/perfil_brasil1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

NAVES, Ivo Manuel. **A remoção dos estoques públicos através do Corredor Noroeste**. 2007, 133 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

NOVAES, Amilton Luiz; MOREIRA, Bruno Cristaldo Romero; OLIVEIRA, Leticia de; TALAMINI, Edson; VIANA, José Jair Soares. Análise dos fatores críticos de sucesso do agronegócio brasileiro. In: 48º Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SOBER), 25 a 28 de julho de 2010, Campo Grande: **Anais...** 2010.

OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de. Os Efeitos da Carga Tributária Indireta e das Políticas Públicas Agrícolas Sobre os Preços dos Alimentos em Porto Alegre (RS), Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 4, p. 787-800, outubro/dezembro 2012.

RIDDELL, Alan. **Crescimento x estagnação: o futuro do agronegócio no Brasil**. Disponível em: <http://www.kpmg.com/br/pt/estudos_analises/artigospublicacoes/paginas/futuro-do-agronegocio-no-brasil.aspx>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SANTOS, Anderson Rodrigo dos; MENDES, Cassia Isabel Costa. **Tendências e oportunidades de investimento no mercado do agronegócio brasileiro**. In: VI Mostra de estagiários e bolsistas, Embrapa Informática Agropecuária, 2010. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/868655/1/p056.pdf> >. Acesso em: 18 mar. 2016.

SOUSA, César Borges de. **Diretrizes para uma política hidroviária nacional** – As hidrovias como Fator de Integração. Palestra apresentada na Confederação Nacional da Indústria – Brasília, 23 de junho de 2004. Disponível em <http://www.cni.org.br/empauta/hidrovia/CESAR_BORGES.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SOUZA, Sidney dos Santos. **Sistemas de Informações Gerenciais no Agronegócio: Estudo de Caso de Aplicação de Software em Administração Rural pelos Produtores de Grãos do Município de Rio Verde–GO, Minas Gerais**. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo – MG, 2013.

Agronegócio Brasileiro

Petrolina, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor

Blairo Maggi

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, 8º andar, Sala 806

CEP 70043 - 900 – Brasília - DF

Senhor Ministro,

Somos estudantes do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e vimos manifestar a constante preocupação com a situação do Agronegócio brasileiro, ao tempo em que propomos uma discussão mediante apresentação de dados, fatos e reflexões sobre a presença e importância deste setor para a economia do nosso país, sua representação na balança comercial e suporte ao PIB brasileiro.

Conforme Barros *et al.* (2002), as relações internacionais ocupam posição de destaque na economia da maioria dos países, e inúmeros estudos desenvolvidos em economia internacional evidenciam tal importância. No Brasil, um dos principais pontos discutidos no âmbito da política econômica refere-se ao desempenho das contas externas, sendo dada especial atenção para a balança comercial. Embora o crescimento das importações, como consequência da liberalização comercial, seja o foco principal dessas discussões, é certo que as exportações desempenham importante papel no processo de ajustamento de contas externas.

Segundo o relatório da OCDE-FAO (2015, p. 9), “a exposição do Brasil no comércio internacional é inferior a outras economias de tamanho comparável dos BRICS, devido parcialmente ao tamanho do mercado interno”. Informa ainda que o comércio (importações mais exportações) no país, como parcela do Produto Interno Bruto, em 2013, respondeu por 28% do PIB. Isso comparado à média de mais de 50% nas outras economias dos BRICS, 60% entre o grupo de países de renda média superior ao qual o Brasil pertence, 47% para os vizinhos latino-americanos do Brasil em desenvolvimento e uma média mundial de 60% (OCDE-FAO, 2015).

Grandes incentivos na exportação fundamentam a chegada de riquezas para um país, aquecendo a economia ao formar novos empregos. Desta forma, aumenta a qualidade de vida de toda a cadeia produtiva, ou seja, a exportação faz parte de uma rede, em que, ao implementar melhorias neste setor, o mesmo se repetirá como consequência nas demais ramificações do sistema.

O Brasil vem se destacando nos últimos anos com grande aumento das exportações. Segundo AEB (2012), nos últimos 10 anos, o comércio exterior teve um desempenho que merece destaque no mundo quando se fala em exportação, havendo um aumento expressivo desde 2001 até 2012, em relação ao período de 1995 a 2001, quando o país apresentava déficit comercial, ou seja, importava mais do que exportava, devido à implantação do plano real e a crises internacionais desse período.

Nos dias atuais, segundo Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil está entre os dez maiores mercados do mundo, mais só representa 4% da demanda mundial, significando que somente o consumo interno não é o bastante para dar suporte e aumento de competitividade.

As empresas que já têm como foco a exportação devem investir em melhorias para maior participação efetiva no mercado exterior. Entretanto, as companhias que ainda não participam desta pequena parcela, devem receber incentivos e subsídios para maior desenvolvimento e exploração deste setor, tendo em vista o alto grau de lucratividade quando utilizada boas práticas e um planejamento efetivo.

O agronegócio brasileiro é a peça fundamental para que a competitividade do Brasil aumente perante os seus concorrentes. Conforme dados do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (2015), o agronegócio é o principal responsável atualmente pelo superávit da balança comercial, amortizando, assim, o déficit do ano de 2015.

Em fevereiro de 2015, o agronegócio apresentou superávit de US\$ 3.699 milhões de dólares, com participação de 40,6% no efetivo de exportação, enquanto os demais produtos retornaram déficit de US\$ 6.539 milhões de dólares. Desta forma, fica evidente a importância das exportações do agronegócio na participação da balança comercial e como principal fator de amortização do declive econômico dos demais setores. Para tanto, deve-se considerar um maior grau de investimento para este setor, visando à resolução dos principais

problemas que restringem o aumento da capacidade, a exemplo da alta carga de impostos, mão de obra e principalmente a precariedade dos transportes que dão vazão a produção.

Nos dias atuais, o setor do agronegócio sofre vários problemas de escoamento da sua produção, pecando em vários aspectos que o afetam diretamente. Alguns exemplos de problemas nesse setor é o total descaso da infraestrutura do país. Como o maior modal utilizado no país é o rodoviário, as estradas brasileiras não têm estrutura para comportar todo o escoamento das produções de soja, trigo, milho e etc., acarretando em altas taxas de desperdício dos produtos e perda de produtividade.

De acordo com a CNI (2014), entraves como elevada burocracia aduaneira e alfandegaria, poucas linhas de financiamento e alto custo de escoamento fazem com que as empresas produtoras tenham uma série de barreiras para exportar seus produtos. Outro problema encontrado é a falta de incentivos fiscais por parte do governo, uma vez que produtores de pequeno porte não têm acesso a subsídios, demonstrando que a aquisição de equipamentos de alto custo fica inviável, impossibilitando o suporte às empresas.

O Brasil tem condições de se tornar um dos maiores exportadores do mundo, já que a região brasileira tem vantagens naturais que, por si só, estruturam uma maior competitividade. É necessário, apenas, desenvolvimento de melhores técnicas, aproveitando ao máximo as possibilidades, utilizando sua capacidade tanto de produção quanto de escoamento. Para isso, é indispensável que o governo e as empresas trabalhem juntos; há necessidade de planejamento e de novas formas de melhorar a eficiência dos transportes brasileiros com a utilização de novos modais (ferroviário, hidroviários, etc.). O país deve ter consciência do que é o fator crítico para que assim consiga se desenvolver, devendo assegurar que os produtores conseguirão produzir e vender todos os seus produtos com níveis mínimos de desperdício.

O financiamento para pequenos, médios e grandes produtores é mais uma forma de suporte que o governo brasileiro deve fomentar para que produtores consigam investir em novas tecnologias, a fim de possibilitar maior produção de qualidade, que trará resultados positivos para todos os setores pertencentes à cadeia produtiva do agronegócio. Reitera-se que o agronegócio é um setor que influencia todos os outros, trazendo assim um amparo na economia brasileira e melhor qualidade de vida para todo o povo brasileiro.

Respeitosamente,

André Muritiba Araújo

Natanael Cardoso de Macedo

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

AEB. **Radiografia do comércio exterior brasileiro: Passado, Presente e futuro.** Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2016.

BARROS, G. S. C; BACCHI, M. R. P.; BURNQUIST, H. L. **Estimação de equações de oferta de exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1992/2000).** Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2099/1/TD_865.pdf> Acesso em: 18 mar. 2016.

CNI. **Entraves às exportações brasileiras.** Disponível em: < <http://www.abimci.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Entraves-%C3%A0s-Exporta%C3%A7%C3%B5es-Brasileiras1.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2016.

MAPA. **Balança comercial.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>> Acesso em: 17 mar. 2016.

OCDE-FAO. **Perspectivas Agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira 2015-2024.** Disponível em: < <https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2016.

Investimentos para o Agronegócio

Petrolina, 29 de julho 2016.

A sua Excelência o Senhor
Henrique de Campos Meirelles
Ministro da Fazenda
Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Bloco O, Edifício Órgãos Centrais, 2º andar
CEP 70070 – 917 – Brasília - DF

Senhor Ministro,

Percebendo o momento de retração econômica do país, viemos propor soluções para amenizar e resolver problemas focalizados no agronegócio brasileiro, principalmente em perspectivas futuras e importância aos pequenos produtores. Somos estudantes de graduação em Engenharia de Produção e percebemos, através da disciplina Agronegócio, o poder que este setor tem para o Brasil. Cremos que o senhor Ministro tem experiência e qualificação para a implantação de melhorias em relação à administração do agronegócio brasileiro.

As transformações no mercado econômico dependem em grande instância dos fatores que incidem diretamente na produtividade do país e, dentre elas, o maior setor que faz com que esse cenário se mantenha firme é o da produção agropecuária. O agronegócio movimentava escalas bilionárias na economia mundial, e no Brasil é o setor mais importante para balança comercial e o grande responsável pelo equilíbrio do PIB nacional.

Sendo assim, as políticas públicas que favoreçam pequenos e médios produtores para que esses possam produzir e competir, não necessariamente em mesmo nível de escala que as grandes empresas, mas para que possam se manter firmes no mercado e produzindo com efetividade e lucratividade têm extrema importância.

As condições demográficas e de localização destas pequenas áreas produtivas são, em sua maior parte, desfavoráveis e geralmente são mantidas por produtores particulares sem grandes condições de arcar com os custos de transportes de sua produção para distribuição no mercado. Dessa forma, a dificuldade de localização de algumas propriedades agroprodutoras soma-se às péssimas condições dos canais de escoamento,

principalmente dos canais rodoviários que é o modal de transporte de distribuição mais utilizado no Brasil.

Não obstante esses fatores, que são os mais notórios, faz-se necessário o reconhecimento legal para que os produtores possam produzir e comercializar seus produtos, incorrendo aos impostos obrigatórios e estar em comum acordo com os demais produtores de grande escala, alguns deles com níveis de produção industrial. Assim, tornar esses pequenos produtores organizados, os quais são responsáveis por boa parte do sucesso econômico do agronegócio brasileiro, é essencial.

Esses pequenos produtores são os conhecidos, na literatura, como produtores da agricultura familiar. Trata-se de pequenos produtores, porém em grandes quantidades, numericamente falando, que se fossem tratados como uma grande cooperativa, ou mesmo cooperativas regionais, teriam grandes oportunidades de negócio, de crescimento produtivo e especializado e também poderiam, legalmente, cooperar para o alavancamento dos números econômicos que compõem a economia agroprodutiva do país.

Todos esses fatores precisam fazer parte de uma estratégia que possa aliar competidores do mercado, fornecedores, distribuidores e todos os institutos que colaboram direta e indiretamente para a composição da economia dependente do agronegócio. Essas estratégias podem focar em melhorar o preço, diminuição dos custos totais, a diferenciação e o foco no cliente.

Identificando estratégias individuais, podem tornar bem-sucedidas suas aplicações, fornecendo fontes de capacitação e identificando as tendências e mudanças de mercado para que as respostas e ações a tais variações de mercado, quando ocorrerem, possam ser sucessivamente eficientes. Essas ideias visam soluções que permitem potencializar o faturamento e desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Dados concretos e publicados por institutos especializados (ver Figura 1) mostram que o Brasil é um dos maiores disponibilizadores de terras aráveis que existem, dentre aqueles países que possuem atividades agropecuárias como atividade básica de geração de bens e serviços. Porém, é também o que menos aproveita tais terras disponíveis para cultivo e, além disso, as que são cultivadas não possuem eficiência produtiva adequada.

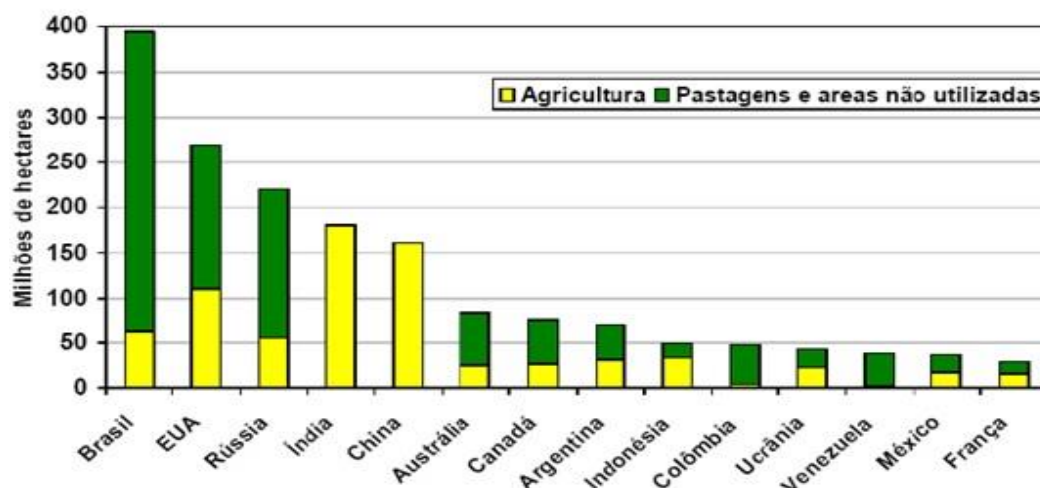


Figura 1 - Relação da agricultura e pastagens não utilizadas em milhões de hectares

Fonte: FAO; Land Resource Potential and Constraints at Regional and Country Level (2000); FAO (2007).
Elaboração: ICONE

Atualmente as pessoas estão buscando alimentação e hábitos mais saudáveis, o que proporciona oportunidade para o aumento de consumo de produtos agropecuários de qualidade, corroborando com as sugestões anteriormente citadas. Nesse sentido, criar estratégias que favoreçam e potencializem os pequenos produtores é uma grande oportunidade de trilhar o aumento da composição financeira que compõe o PIB nacional, pois estes pequenos produtores podem ter condições de produzir, comercializar, lucrar e reinvestir em seus negócios com vistas ao aumento da produtividade. Esse ciclo tende a beneficiar todos os componentes dessa cadeia de suprimentos.

Acrescenta-se, ainda, que o crescimento populacional e o aumento da longevidade geral vão demandar maior quantidade de alimentos, justificando, dessa forma, a importância dessas políticas públicas e estratégias de produção e comercialização no sentido de potencializar a economia em escala de custos e lucros.

Por tudo isso, investimentos em cooperativas que incluam pequenos e médios produtores e investimentos em tecnologias para conservação e renovação de recursos produtivos são alternativas que podem alavancar produtivamente e, conseqüentemente, a economia do setor agropecuário do país. Incentivar a melhoria de toda a logística do país para diminuição do custo seria extremamente importante para todos os setores, pois influenciaria, diretamente, na redução do custo, podendo expandir a capacidade brasileira de produção.

Por último, somado a todos os incentivos sugeridos, seria recomendável um auxílio presencial por meio de capacitações na área agropecuária, objetivando o suporte às

famílias produtoras, propiciando a elas conhecimentos sobre a melhoria da qualidade do cultivo, bem como sobre estratégias de comercialização.

Respeitosamente,

Leandro Souza

Ric Marcel

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gustavo C. **O Agronegócio brasileiro e suas tendências**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2013. Disponível em: <http://abracen.org.br/wp-content/uploads/2013/11/PalestraGustavo_brasilia.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GRAZIANO, G. O; DINIZ, M. A; PIZZINATTO, N. K. Estratégias Competitivas no Agronegócio Brasileiro. In: SOBER: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/274.pdf>>. Acesso em 20 mar.2016.

Inovação de modais alternativos de transporte

Juazeiro, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor
Sebastião Oliveira
Secretário de Transporte do Estado de Pernambuco
Avenida Cruz Cabugá, 1111, Santo Amaro
CEP 50040 –000 Recife – PE.

Senhor Secretário,

Somos conscientes do nosso papel social de estudantes universitários e devemos empreender nosso tempo na busca de propostas, melhorias e inovações que contribuam para o desenvolvimento econômico e nacional, isso em contrapartida aos investimentos do nosso país em educação superior de qualidade.

Sabemos da importância da participação social na construção de políticas públicas. Diante disso, trazemos algumas reflexões sobre o atual cenário do transporte de insumos em território brasileiro, ao tempo que esperamos sensibilizar as autoridades responsáveis pelo seu desdobramento quanto à necessidade de inovação dos modais existentes.

Com a evolução dos meios produtivos, o Brasil, uma colônia de exploração que foi originalmente planejada para suprir as necessidades externas de produtos primários no mercado europeu, assume hoje uma conjuntura logística que compromete não só o desenvolvimento de sua exportação, mas também o suprimento de bens de consumo para sua própria população.

O país descentralizou seu comércio desde as capitanias hereditárias, na medida em que desacelerou a busca por alternativas de transporte mais eficientes. Ainda assim, teve um crescimento acentuado de investimento em malhas ferroviárias, com apenas 20 anos de atraso em relação aos Estados Unidos, com a primeira ferrovia instalada no Rio de Janeiro, em 1854 (SILVEIRA, 2002), iniciando um período de ascensão, ao reduzir as fronteiras entre interior e litoral por onde os produtos seguiam para os portos.

Com o início da estatização das ferrovias, na era Vargas, levando o modal à decadência por volta de 1970, o Brasil assinou seu contrato com o que conhecemos hoje por “Custo Brasil”. A adoção das rodovias, em definitivo, como o principal modal, fez a capacidade logística percorrer um trajeto inverso aos demais países produtores no mundo, o que põe em dúvida o planejamento do setor de transporte no decorrer das décadas, setor incapaz de prever tamanho erro.

Não cabe a essa geração julgar os motivos pelos quais os líderes do país, em períodos passados, optaram por tornar obsoleto aquele que ainda demonstra ser um dos modais terrestres mais baratos para transporte de insumos. É interessante seguir o pressuposto de que um governante não adote o atraso como um propósito para seu país, e que certas circunstâncias, a depender das crises políticas, podem não ser bem dirigidas, mas é inegável que com os recursos e ferramentas disponíveis nos dias atuais, produtos de algum conhecimento matemático e de teorias da administração, desenvolvidos nos conflitos mundiais do século XX, as medidas adotadas seriam diferentes, e o Brasil não estaria carregando a dúvida sobre seu potencial de crescimento econômico.

A grande problemática da produção de alimentos e de matéria-prima de processamento industrial ocorre fora das porteiras dos produtores, e isso é reflexo de uma cultura de desorganização que precisa ser abolida. O conformismo sobre o qual os ministérios estão habituados a trabalhar impede o avanço do comércio dos produtos responsável pela movimentação de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (2015). Essa informação, por si só, deveria fazer do problema o foco da elaboração de projetos de investimento em modais alternativos.

Segundo a Revista EXAME (2016), em nota à pesquisa realizada pela Fundação Dom Cabral (2015), o custo logístico do cenário atual se aproxima dos 12% do PIB, valor próximo à participação da Bahia e Minas Gerais, juntas, no PIB Nacional. São constatações como essas que inquietam não apenas os produtores, exportadores e prestadores de serviços em transporte de cargas, mas, também, aos estudantes e pesquisadores das áreas econômicas e de administração da produção, os quais se deparam com realidades extremamente distintas das teorias que lhe são repassadas e, por definição, deveriam ser o Norte de um plano de desenvolvimento que o Brasil precisa para o seu crescimento.

Por todo o país, principalmente nos interiores, os gargalos de escoamento de insumos, provocados por atrasos de caminhões em rodovias de má qualidade, desmotivam os pequenos produtores a buscarem clientes fora de suas fronteiras. Soluções alternativas a

exemplo de intermediários atravessadores têm auxiliado na redução de custos com transporte e de riscos de perda por falta de escoamento, mas, em escala diretamente proporcional, reduzem o ganho líquido e o investimento em novas culturas ou tecnologias de melhoria do sistema produtivo, fazendo com que as pequenas áreas não tenham força para ganhar frente à concorrência.

Além disso, os custos de manutenção das rodovias pesam no orçamento, e sua redução poderia ser revertida em pesquisa e desenvolvimento na área da logística de distribuição, o que reforça a ideia de que há pouca eficiência na empregabilidade do dinheiro público. Em caráter macro, muitos empregos deixam de existir pela falta de agricultores dispostos a correr os riscos de um sistema falho, o que implica em estagnação de economias locais e, sobretudo, maior comprometimento da renda do brasileiro, por ter que arcar com os custos da ineficiência do governo em disponibilizar rotas de transporte mais baratas, considerando que o preço dos produtos é baseado nos custos envolvidos na sua produção e movimentação até a mesa do consumidor.

Portanto, reforça-se a necessidade da adoção de políticas emergenciais de inovação dos modais alternativos que facilitem a minimização de custos de transporte. As perdas do Brasil com a falta de manutenção de suas malhas ferroviárias vão além dos valores que deveriam ser investidos em sua recuperação. Acrescentam-se, ainda, as oportunidades que deixaram de existir para os produtores com real interesse em desenvolvimento no mercado das commodities como oportunidade de melhorar sua lucratividade.

O Brasil conta com grande extensão fluvial inexplorada para o transporte, o que o transforma em verdadeiro campo de batalha que não explora o próprio poder de guerra, cenário oposto aos Estados Unidos que, mesmo produzindo menos, sabem exatamente quais recursos utilizar a seu favor.

É importante citar, também, a falta de agilidade no projeto da ferrovia Transnordestina, por duas vezes adiado, o que supervaloriza os custos devido à correção de valores, e desperdiça, por mais tempo, a capacidade produtiva do país. As alternativas são favoráveis às condições que o Brasil emprega, entretanto, a falta de interesse em movimentar o progresso dos modais retarda as vantagens econômicas que poderiam ser cruciais para a sobrevivência da economia nacional no atual cenário de crise.

Por todo exposto, apelamos para que a evolução do sistema logístico nacional não seja acessível, apenas, aos grandes produtores, mas gere, principalmente,

condições e oportunidades à agricultura familiar com o objetivo de integrar o cenário comercial de insumos.

Respeitosamente,

José Ellys Andrade

Felipe Araújo Ferreira

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

PEDUZZI, Pedro. Participação da agropecuária no PIB sobe para 23% em 2015. **Agência Brasil**, 10 dez. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/participacao-da-agropecuaria-no-pib-sobe-para-23-em-2015>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PEREIRA, Renée. Gastos com logística avançam 30%. **Revista Exame**, 01 fev. 2016. Economia. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/gastos-com-logistica-avancam-30>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Transporte e logística: as ferrovias no Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 63-86, jan. 2002. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13658>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Mercado agroexportador da fruticultura irrigada

Petrolina, 29 de julho de 2016.

A sua Senhoria o Senhor

Samuel Rodrigues dos Santos Salazar

Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco (SFA-PE)

Av. General San Matin, 1000, Bairro: Cordeiro.

CEP: 50630-065 – Recife - PE

Senhor Superintendente,

Somos discentes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), dos cursos de Engenharia de Produção e Administração, e trazemos, a partir deste documento, nossa inquietude quanto a algumas problemáticas apresentadas no mercado agroexportador da fruticultura irrigada de Petrolina, bem como apresentamos propostas de solução para subsidiar o planejamento de ações futuras por parte desta Superintendência Federal.

Sabemos que a corrida para o desenvolvimento, que o mundo vivenciou na segunda metade do século passado, promoveu uma transformação em todos os setores da economia, reestruturou o espaço agrário em diversas regiões do nosso país, provocando uma grande mudança impulsionada pela busca do crescimento econômico, chegando, assim, ao campo. Nessa perspectiva, a produção em grande escala passou a ser o principal objetivo do produtor rural que, com o passar do tempo, intensificou o vínculo com o mercado, mudanças ocorridas também na região do Vale do São Francisco.

Nesse sentido, não podemos negar que a produção de frutas no Vale também vivenciou uma significativa transformação no seu espaço agrário, acentuando essa transformação depois que passou a receber investimentos do Estado para aprimoramento da atividade agrícola na última década.

Como exemplo desse investimento, a implantação dos sistemas de irrigação favoreceu não somente o produtor no cultivo de culturas mais valorizadas no mercado, mas também sua rede comercial para o exterior. Esse crescimento tornou o Vale do São Francisco

como o maior produtor e um dos maiores exportadores de uva de mesa e manga do Brasil. Infelizmente, nos últimos anos, a atual situação econômica do país tem refletido negativamente nas atividades desenvolvidas pelo agronegócio nessa região, principalmente nas de exportação.

Através da relação com produtores e empresários da região e estudos acerca dos problemas atuais enfrentados pelo agronegócio, podemos perceber que sua maior preocupação é em relação à venda de seus produtos agrícolas para o mercado externo, já que o valor da fruta no mercado interno está mais atrativo. Para eles, a exportação traz vários riscos, a exemplo do risco cambial, risco de mercado e de distância, contribuindo para que a preferência seja pelo mercado local.

Apesar desses riscos, o dólar em alta pode ser uma grande oportunidade para os produtores e empresários exportarem seus produtos e aumentarem a sua margem de lucro, mas, para que isso aconteça, há a necessidade de incentivos, capacitação e informação para evitar perdas financeiras decorrentes dos riscos do mercado externo.

As flutuações no preço do produto agrícola no exterior constituem um dos maiores problemas que são enfrentados pelos empresários da região. Muitos compradores dos nossos produtos estão crescendo menos e, conseqüentemente, reduzindo suas importações. Dessa forma, os produtos agrícolas de maior valor agregado, destinados ao mercado externo, que possui uma exigência maior em relação ao mercado interno, passam a ser vendidos no Brasil por um preço mais baixo. Isso revela a falta de controle, por parte dos produtores e empresários, sobre o preço a ser ofertado pelos seus produtos.

Na tentativa de contornar esses problemas e chamar a atenção das autoridades e entidades responsáveis, sugerimos possíveis soluções para a questão. A utilização, pelos agroexportadores, do mercado de futuros como instrumento financeiro para a venda de parte de suas produções surge como alternativa para diminuir o risco envolvido na flutuação de preços do mercado externo. Nesse sentido foram os estudos de Oliveira (2015), professor da UNIVASF, em sua tese de doutorado em Administração pela UFPE. Na pesquisa, foi comprovada a efetividade do instrumento na redução dos riscos negativos dos preços voláteis da manga e da uva, principais produtos agrícolas produzidos no Vale e direcionados ao mercado externo.

No mercado de futuros, os demandantes e ofertantes se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de uma produção, em forma de título financeiro, por um

preço estipulado para a liquidação, em data futura, através de negociação em bolsa de valores. Uma das principais vantagens desse instrumento é a sua fácil liquidez, o que torna possível o processo de comparar diariamente a vantagem de preço entre o mercado futuro e o mercado real ou presente, diminuindo, assim, a possibilidade de perdas do agroexportador.

Para que tal instrumento financeiro seja amplamente utilizado pelos agroexportadores da região é necessário que sejam feitas não só políticas públicas de incentivo ao seu uso, bem como de fornecimento de assistência técnica para garantir a efetividade da ferramenta. Unindo a essas soluções, faz-se necessário obter, organizar e fomentar as informações estatísticas referentes à agroexportação, de forma concreta e confiável, pois essas informações são importantíssimas para a análise e planejamento dos agroexportadores, bem como para estudos acadêmicos.

Em suma, nossa inquietude, enquanto futuros engenheiro de produção e administrador, é que seja garantida a continuidade do desenvolvimento da região do Vale do São Francisco, isso através de bons resultados das exportações no ramo da fruticultura irrigada. Para tanto, sugerimos a essa Superintendência que realize ações públicas, entre os agroexportadores pernambucanos no Vale do São Francisco, objetivando o fomento do instrumento financeiro do mercado de futuros.

Respeitosamente,

Allan José Gonçalves Dias

Gabriel Arlego Tavares Cavalcanti

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, A. M. B. **Estratégias de Hedging para a fruticultura exportadora brasileira**. 2015. 280 f. Tese (Doutorado em Administração). UFPE, Recife, 2015.

SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SEBRAE. **Vale do Submédio São Francisco**. In: Indicações Geográficas Brasileiras. 2. ed. SEBRAE: Brasília, 2010.

Políticas públicas voltadas para o agronegócio em Pernambuco

Petrolina, 29 de junho de 2016.

A sua Excelência o Senhor
Paulo Henrique Saraiva Câmara
Governador do Estado de Pernambuco
Praça da República, Bairro de Santo Antônio
CEP 50 010-928 – Recife – PE

Senhor Governador,

Preocupados com a situação do agronegócio brasileiro e mais especificamente no Vale do São Francisco, nós, alunos dos cursos de Engenharia de Produção e de Administração, apresentamos algumas sugestões para questão, precedidas de reflexões sobre o tema.

O Vale do São Francisco destaca-se no cenário nacional, principalmente nas cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, pela sua alta capacidade produtiva de frutas frescas. Alguns fatores que propiciam essa grande produtividade estão ligados ao clima diferenciado e à irrigação, pois a pouca chuva que cai na região poderia ser um empecilho, porém a existência da irrigação torna o clima um diferencial para outras regiões brasileiras.

O vale tornou-se, também, um polo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada, isso se deu através do apoio de órgãos públicos, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa-Semiárido) e da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

Com cerca de oito vinícolas e produção anual de 7 milhões de litros de vinho (15% da produção nacional, sendo 30% de vinhos finos premiados nacional e internacionalmente), recentemente, o vale tornou-se o segundo polo vitivinicultor do Brasil.

Essa grande produtividade de frutas frescas, aliada a outros setores produtivos do agronegócio existentes na região, gera uma demanda significativa de trabalhadores rurais, principalmente na época de safras das culturas do Vale. Como consequência disso, surge a contratação temporária de pessoas que moram nas cidades

circunvizinhas, inclusive de outros estados, que vêm em busca do sustento próprios e de seus familiares.

O governo, ao observar que esses trabalhadores ficavam ociosos nos períodos de entressafras, períodos em que o sustento dessas famílias era prejudicado pela falta de remuneração, buscou modificar esta realidade através da implantação de políticas públicas que pudessem atender a essas demandas, criando, nesse sentido, o Programa Chapéu de Palha (PCP).

Com o objetivo de oferecer melhores condições de vida para os trabalhadores rurais, o governo de Pernambuco, gestão de Eduardo Campos, retomou, em 2007, um projeto do ex-governador Miguel Arraes, intitulado Programa Chapéu de Palha. O referido projeto foi implantado pela primeira vez na década de 1980, sendo considerado um marco nas políticas públicas de apoio aos trabalhadores rurais (MIRANDA, 1991).

O programa oferece um auxílio financeiro de R\$ 246,45, um valor complementar ao Bolsa Família, sendo que seus beneficiários devem participar de cursos de qualificação profissional. Em 2015, o Chapéu de Palha beneficiou 9 897 trabalhadores da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco. Em Petrolina, as atividades do Programa foram acompanhadas e coordenadas pela Fundação Nilo Coelho, entidade filantrópica sem fins lucrativos.

A participação dos trabalhadores nos cursos profissionalizantes é contrapartida do projeto, condição para o recebimento do auxílio financeiro e oportunidade para oferta de mão de obra qualificada, mas isso não tem se caracterizado como determinante para que muitos dos trabalhadores rurais busquem se beneficiar do programa. Os cursos parecem não atender as expectativas e demandas regionais dos trabalhadores, fazendo com que os mesmos continuem trabalhando em atividades esporádicas e deixando o programa para um segundo plano.

A sazonalidade das culturas e a entressafra são fatores de influência no que se refere à exploração da força de trabalho. Como consequência, muitos dos trabalhadores rurais acabam se submetendo a subempregos em pequenas e médias propriedades, em atividades de curto prazo, recebendo remuneração muito abaixo do valor médio para a atividade. Além disso, durante o período de chuvas no Vale, as fazendas, em sua maioria, paralisam a produção, provocando a busca de algum tipo de trabalho alternativo por parte dos trabalhadores rurais.

Por tudo isso, Excelentíssimo Governador Paulo Câmara, vimos sugerir que haja um melhor direcionamento das atividades desenvolvidas nos cursos do Programa Chapéu de Palha (PCP), com vistas a atender a demandas regionais e possibilitar maior participação do trabalhador rural da fruticultura irrigada no Programa, tirando-o do subemprego ocasional e qualificando sua mão de obra para que, assim, efetivamente haja um melhoramento na qualidade de vida desta parcela da população atendida pelo PCP.

É sabido que, por força da lei estadual nº 13.244, de 11 de junho de 2007, o PCP deve ser mantido em funcionamento, independentemente de mudança de governo, tendo como finalidade adotar medidas de combate aos efeitos do desemprego rural em massa, que resultem em geração de renda, reforço alimentar, capacitação e melhoria da qualidade de vida da população afetada, especialmente nas áreas de educação, saúde, cidadania, habitação, infraestrutura e meio ambiente.

Por outro lado, vários cursos são bem aproveitados pela família dos trabalhadores. Oferecido pela Secretaria da Mulher, o programa Chapéu de Palha Mulher, contou com 316 profissionais da região do Vale do São Francisco entre instrutoras e recreadoras para desenvolver políticas públicas voltadas para atender às especificidades das mulheres e seus filhos ou dependentes menores de sete anos em toda região. Em 2015, foram atendidas 1.580 crianças com atividades lúdicas e noções de gênero, mas faz-se necessário ampliar este programa voltado às mulheres e crianças, fortalecer a construção da identidade de gênero para as mulheres e oferecer melhor educação e recreação às crianças de todo Vale.

Sabendo do compromisso do seu governo na manutenção deste programa e na oferta de melhorias na qualidade de vida de todo povo Pernambucano, esperamos que sejam contempladas em suas ações as sugestões aqui apresentadas.

Respeitosamente,

Felipe Jeronimo de Andrade

Marcos Alberto de Araújo

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

ELIAS, D. S.; PEQUENO, L. R. B. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **ANPUR: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, p. 25-39, maio 2007. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/168>>. Acesso em: 22 mar.2016.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Chapéu de Palha Mulher capacita 3425 trabalhadoras rurais**. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/blog/2015/07/25/chapeu-de-palha-mulher-da-fruticultura-capacita-3-425-trabalhadoras-rurais/>> Acesso em: 20 mar. 2016.

MIRANDA, Edson. **Chapéu de palha: o segundo governo Arraes**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.

PERNAMBUCO. **Lei nº 13.244, de 11 de junho de 2007**. Institui o Programa Chapéu de Palha, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13244&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=>>> . Acesso em: 20 de mar. 2016.

Importância da Agricultura Familiar para o Brasil

Juazeiro, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor
Osmar Gasparini Terra
Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 8º andar, Ala Norte
CEP 70050-902 – Brasília - DF

Senhor Ministro,

Somos estudantes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), preocupados com o bom desenvolvimento e crescimento do nosso país, e reportamo-nos a este Ministério devido a sua grande importância para o desenvolvimento da nação, principalmente em relação à promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, assunto abordado neste documento.

Segundo a Constituição Brasileira, bem como nos termos da Lei nº 11.326 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Esse segmento da agricultura tem extrema importância na economia nacional, visto que, no primeiro trimestre de 2016, foi o responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos em todo o país. Esses números já seriam suficientes para mostrar a essencialidade da agricultura familiar para o país e como ela interfere de forma fundamental nos demais setores da economia nacional.

Nesse sentido, dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) demonstram que o setor mantém cerca de 12 milhões de pessoas economicamente ativas no campo, produzindo, gerando renda, interiorizando o desenvolvimento e alimentando os brasileiros. Se observarmos os dados do último censo realizado pelo IBGE (2006), sobre a agricultura familiar, a importância deste setor é ainda

mais evidente, correspondendo a 84% do total de estabelecimentos agropecuários e a 74% do número de pessoas que exercem atividade no campo. Além disso, corresponde a 10% do PIB nacional.

No entanto, as necessidades do agronegócio familiar têm sido negligenciadas com o passar dos tempos. Uma parcela vulnerável da população brasileira, que tem na terra seu meio de sobrevivência, tem visto suas chances de sucesso diminuídas, seja por falta de mais investimentos efetivos ou por falta de condições para que os investimentos que existem sejam aproveitados em sua totalidade.

É inegável a importância dos investimentos na agricultura familiar, realizados desde a criação do PRONAF, em 1996, e mais significativamente desde os anos 2000, período em que Brasil reconheceu a importância da agricultura familiar e de uma reforma agrária que efetivamente contemplasse uma população que vive de suas plantações, antagonizando a ideia largamente difundida nos anos 70,80 e 90 que “a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais seria, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda” (DA SILVA, 1999, p. 26 apud SIQUEIRA; SERRA, 2014).

Essa ideia gerou a marginalização de uma incontável parcela da população rural, que se viu incapaz de sobreviver no campo e forçado a praticar um êxodo desbalanceado e irresponsável. Portanto, é de fundamental importância que se seja oferecido a essa fatia de brasileiros a possibilidade não de simplesmente sobreviver, mas de viver dignamente em sua própria terra, o que contribuiria diretamente para o crescimento do país como um todo, dada a importância do agronegócio familiar para economia.

Sendo assim, um dos primeiros passos para essa dignificação diz respeito à percepção de que, da mesma forma que as demais vertentes da população brasileira, os pequenos agricultores rurais também formam uma fatia heterogênea e complexa. Fatia essa que não pode ser analisada igualmente.

Programas nacionais que tentam abranger todos os pequenos produtores de uma só vez vão, invariavelmente, cair no erro de ignorar particularidades regionais imprescindíveis para o seu sucesso, pois em um país de dimensões continentais, como o nosso, uma solução perfeita para uma região pode ser um entrave para outra. Observado isso, uma desburocratização dos incentivos oferecidos se faz necessária.

É inegável que programas para auxiliar os pequenos produtores existam e, em sua grande maioria, fazem sucesso. Porém, é preciso que esses programas se tornem acessíveis para aquela parcela despreparada para lidar com a burocracia intrínseca ao setor público brasileiro. É preciso descomplicar. Nossos trabalhadores rurais que nunca tiveram acesso à educação querem e têm o direito de ser beneficiados pelos programas que o governo oferece, mas, para isso, é necessário que o governo os ajude a se ajudarem, seja simplificando as ferramentas ou oferecendo ajuda para que eles consigam se inserir nesse novo mundo rural.

O futuro do Brasil, ao contrário do que muitos pensam, passa pelo que nós temos de melhor, nossos trabalhadores rurais. A força do Brasil está no campo, os números não mentem. O Brasil precisa potencialmente do agronegócio e este precisa da agricultura familiar. Não chegaremos a lugar nenhum antes de olharmos para esse segmento que tanto pode contribuir para o futuro de todos. E isso só será possível diferenciando as particularidades para equalizar e simplificando para universalizar.

Por fim, parabenizamos todo o esforço que tem sido aplicado nos últimos anos no sentido de dar à agricultura familiar a devida importância na economia nacional, ao mesmo tempo em que reconhecemos que pouco a pouco estamos andando no caminho certo para que, num futuro próximo, agricultores familiares de todo o território nacional possam ser efetivamente assistidos para que continuem fazendo o que eles fazem de melhor: abastecendo, nacionalmente, o consumo de alimento de uma maneira digna e justa.

Respeitosamente,

Ailton Abel

Pollyana Gusmão

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

CODAF. **Competências Digitais para Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://codaf.tupa.unesp.br/informacoes/a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

MDA. **Agricultura familiar já contratou mais de R\$ 7,4 bilhões nesta safra.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-j%C3%A1-contratou-mais-de-r-74-bilh%C3%B5es-nesta-safra>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PORTAL BRASIL. **ONU reforça a importância da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

SIQUEIRA, J.M; SERRA, E. **A Agricultura Familiar e a permanência da população no Campo no Município de Quitandinha (região Metropolitana de Curitiba).** In: VII seminário estadual de estudos territoriais, Paraná, 2014. Disponível em: <<http://www3.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/A-Agricultura-Familiar-e-a-perman%C3%Aancia-da-popula%C3%A7%C3%A3o-no-Campo-no-Munic%C3%ADpio-de-Quitandinha-regi%C3%A3o-Metropolitana-de-Curitiba.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Fortalecimento da Agricultura Familiar

Juazeiro, 29 de julho de 2016.

A sua Senhoria o Senhor
Aliomar Bittencourt Nascimento
Secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Rua Alfredo Dutra, Centro.
CEP: 45810-000 – Porto Seguro - BA

Senhor Secretário,

Sou estudante do nono período, do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), campus Juazeiro – BA, e trago proposições sobre a agricultura familiar no âmbito da cidade de Porto Seguro – BA, cidade onde nasci e pela qual tenho bastante estima.

A elaboração deste documento teve como base a disciplina Agronegócio, matéria que auxilia o aluno na obtenção de uma visão ampla de conteúdos ligados às relações comerciais e às industriais da cadeia produtiva agrícola e/ou agropecuária.

É sabido que a agricultura familiar é um ramo que se caracteriza pelo cultivo de terra e neste engloba pequenos proprietários rurais, sendo a mão de obra composta, apenas, do grupo familiar. De acordo com a Lei número 11.326, de 24 de julho de 2006, o empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural (BRASIL, 2006), devendo atender, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não possuir área maior que quatro módulos fiscais; utilizar, predominantemente, mão de obra familiar; preencher requisito mínimo de renda e dirigir seu estabelecimento com a família.

A agricultura familiar pode ser observada como um bom negócio em diversos países desenvolvidos, ajudando na distribuição de renda e contribuindo para diminuir os índices de pobreza de uma população. Mas, para que esta forma de agricultura seja desempenhada de forma eficiente e para que exista um fortalecimento da mesma, é preciso que haja uma interdependência entre diversos fatores sociais, como é o caso de movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, entre outros.

A Agricultura familiar é responsável por regular e diminuir os preços dos alimentos e matérias-primas agropecuárias, além de ajudar a controlar a inflação e aumentar a competitividade industrial. Outros benefícios da agricultura familiar dizem respeito à contribuição para a segurança alimentar, segurança nacional, defesa do território e para a estabilidade dos governos. Os agricultores familiares são numerosos e, por isso, a produção deles é diversificada. Mas como não são capazes de carregar grandes estoques de alimentos, eles acabam por manter a oferta sempre regularizada e diversa.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) mostram que o brasileiro é um grande consumidor dos produtos agrícolas produzidos no país, assim como alimentos vindos da agricultura familiar. Como exemplo disso, a porcentagem produzida pela agricultura familiar no que diz respeito à alimentação básica do povo brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção (MDA, 2015).

Em que pesem os inúmeros benefícios da agricultura familiar, apresentados aqui, tanto social quanto economicamente para o país, ela é ainda muito subjugada e não tem o auxílio que seria necessário para crescer ainda mais. Nos níveis nacional, estadual e regional, o agricultor familiar ainda enfrenta problemas como menores indicadores de escolaridade, dificuldade de acesso à energia elétrica e aos meios de comunicação, descompensada forma de acesso à terra, falta de investimentos em infraestrutura no meio rural, burocracia para conseguir recursos financeiro, falta de tecnologias.

Não obstante, a agricultura familiar garante emprego para mais de 12 milhões de brasileiros, que representam 74% da mão de obra empregada no campo, mobilizando as economias locais. Além disso, o setor responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária brasileira e 10% do PIB nacional, tendo, inclusive, participação na balança de exportações, sendo 32% nas exportações de soja, 25% de café e 49% de milho (MDA, 2014).

Analisando o cenário agrícola de Porto Seguro, o qual é composto em sua grande maioria por propriedades rurais familiares, percebe-se que a cidade tem o desenvolvimento aquém nesse setor, necessitando por isso da compra de insumos agrícolas do estado do Espírito Santo e de outras regiões próximas, apesar de ter um cenário propício para a agricultura.

Diante disso, entendemos que a situação pode ser revertida no município a partir de ações como investimentos na capacitação de pequenos produtores; desenvolvimento de técnicas para aumento da produtividade; incentivando a criação e a expansão de cooperativas com o objetivo de escoar a produção de forma mais eficaz, bem como criação, por parte do governo municipal, de estoques centrais para que os produtores possam guardar seus insumos e vendê-los em períodos oportunos.

Outro ponto que vale ressaltar é o turismo. Porto Seguro é destino de grande quantidade de turista ao longo do ano. Uma técnica muito utilizada hoje em dia é o turismo rural, no qual o visitante realiza passeios em áreas rurais, conhece a cultura rural da região, produtos típicos, animais entre outros. Muito além dos passeios típicos já feitos, o turismo rural acabaria por desenvolver outros setores locais que antes não eram vistos.

Tudo isso reforça a necessidade de investimentos para que haja a inserção de tecnologias na agricultura local, o que pode ser feita com certa adaptação para a agricultura familiar. É comprovado que tecnologias acabam por agilizar processos e tornar as etapas de colheita, plantação, desenvolvimento da produção e gerenciamento dos negócios mais ágeis e eficazes.

A agricultura familiar gera lucro para economia brasileira mesmo em períodos adversos e conturbados como é o caso do atual cenário econômico brasileiro, ou seja, mesmo em tempos de crise. Portanto, investir nesse setor ajudaria não só a economia nacional, como também o desenvolvimento social da população local e uma maior distribuição de renda entre as camadas da população que fazem parte desse setor.

Respeitosamente,

Letícia de Souza Oliveira

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

CARVALHO, Aurélio José Antunes de. **Agricultura Sustentável e Agricultura Familiar.** Disponível em: < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo22.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

FETECSP. **Agricultura familiar é responsável por 10% do PIB nacional.** Disponível em: <http://www.fetecsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8002&catid=51:renda&Itemid=125>. Acesso em: 21 mar. 2016.

GAZETA BAHIA. **Secretário de Agricultura de Porto Seguro visita comunidade rural de Vale Verde.** Disponível em: < <http://www.agazetabahia.com/ver.php?id=2656>>. Acesso em 21 mar. 2016

LAZIA, Beatriz, **Os benefícios da agricultura familiar.** Disponível em:<<http://www.portalagropecuario.com.br/agricultura/os-beneficios-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

MDA. **Agricultura familiar garante alimentos e renda em todo o mundo.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-garante-alimentos-e-renda-em-todo-o-mundo#sthash.QBbcUKVx.dpuf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PORTAL BRASIL, **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 21 mar. 2016

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR. **O que é a Agricultura Familiar?** Disponível em: <<http://tiagriculturafamiliar.blogspot.com.br/2010/11/o-que-e-agricultura-familiar.html>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Reflexão sobre a Agricultura Familiar

Petrolina, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor

Blairo Maggi

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, 8º andar, Sala 806
CEP 70043 - 900 – Brasília - DF

Senhor Ministro,

Na condição de estudantes do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e cidadãos brasileiros conscientizados e preocupados com o futuro do setor agrícola brasileiro, escrevemos para propor uma reflexão a respeito de um de seus pilares: a Agricultura Familiar. Na oportunidade, discutiremos os principais entraves para o desenvolvimento desse setor tão importante para a economia brasileira.

Fazendo uma pequena abordagem histórica da agricultura, últimos 66 anos, percebe-se que no final dos anos 1950 e início dos 1960 houve ampla discussão acadêmica e político-social em relação ao papel da agricultura no desenvolvimento econômico do Brasil (BACCARIN, 2011, apud OLIVEIRA, 2015). Para Oliveira (2015), alguns entendiam que era necessária massiva reformulação da estrutura fundiária brasileira, com a desapropriação de latifúndios e criação de extensa camada de agricultores pequenos e médios. Já outros propugnavam a necessidade de apenas se adotarem políticas que estimulassem a transformação tecnológica da agricultura, tomando por base os efeitos positivos na produção agrícola que se evidenciavam em várias partes do mundo sob o designo da chamada Revolução Verde.

É sabido que a segunda proposta foi a que vigorou no Brasil. Goodman, Sorj e Wilkinson (1985) denominaram essa fase da história como modernização conservadora da agricultura brasileira, período em que o processo de modernização da agricultura brasileira foi bastante excludente. Apenas pequena parcela de agricultores usufruía dos meios técnico-científicos informacionais (SANTOS, 2012). Dessa forma, aquele pequeno agricultor que

produzia mercadorias para o consumo familiar acabou sendo esquecido e marginalizado na década de 1970, que se estendeu até 1990.

No período de 1970 a 1980 (durante a modernização agrícola), a relação da agricultura familiar com o Estado foi de contínuo distanciamento. Os grupos que compõem o segmento foram ignorados pelas políticas públicas. Somente na década de 1990 é que surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), representando um espaço de diálogo. O PRONAF foi criado em 1996 com a finalidade de disponibilizar crédito para os agricultores familiares a partir de regras que atendessem às especificidades do segmento. Considerado uma política não compensatória, o programa tem contribuído para mudanças e melhorias no espaço agrário nacional (AZEVEDO; PESSÔA, 2001, p. 484, apud AZEVEDO, 2012).

Em que pesem as vantagens do PRONAF, há também algumas limitações, as quais estão descritas no Quadro 1.

AVANÇOS	LIMITES
Descentralização das políticas públicas para esferas regionais e locais	Incapacidade de intervir para mudar os mecanismos do padrão de desenvolvimento agrícola
Gestão social da política	Os planos de desenvolvimento rural requeridos pelo programa aos municípios se limitam a viabilizar as ações do programa e não aprofundam o desenvolvimento rural
Geração de articulação e sinergias entre os diferentes atores envolvidos com o programa	Fragilidade do programa como instrumento para ajudar a promover mudanças para além da esfera da agricultura, como por exemplo, na estrutura agrária, social e política
Expansão do programa para todas as municipalidades do país	A questão ambiental aparece muito mais como retórica do que propriamente como um espaço necessário de ações planejadas
Aumento da produção e produtividade nos estabelecimentos familiares de produção agropecuária	As ações na área financeira continuam restritas ao sistema de crédito rural, que não favorece a emergência de um sistema de finanças mais localizado
Ampliação da conscientização dos agricultores familiares	Distribuição regional desigual do crédito rural
Melhorias das condições sociais dos agricultores familiares	Priorização do crédito para custeio em detrimento dos recursos para investimento
Impactos positivos no ambiente socioeconômico local	O modelo de financiamento induz a especialização da produção agropecuária na agricultura familiar
Expansão do volume líquido de crédito rural	Precária participação e gestão social da política pública e burocratização dos espaços institucionais

Quadro 1 – Avanços e limites do Pranaf
Fonte: MATTEI (2010, apud AZEVEDO, 2012).

A partir desse programa e de muitos outros criados até os dias de hoje, a agricultura familiar no Brasil é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006). Nesse sentido, pesquisas registram que a agricultura familiar corresponde a mais de 74% da mão de obra ocupada nas propriedades rurais do país, além de responder pela maioria dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Regionalizando a abordagem a respeito da agricultura familiar, a região Vale do Submédio São Francisco, localização da sede da UNIVASF, os números a respeito da agricultura familiar são tão significativos quanto os citados anteriormente. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), a agricultura familiar respondeu por um valor bruto de produção (VBP) de R\$ 729 milhões durante o ano de 2013, o equivalente a um crescimento de 20% no comparativo com 2012.

De acordo com o balanço da diretoria de irrigação da CODEVASF, os agricultores familiares produziram 804,5 mil toneladas de itens agrícolas em 2013, com destaque para frutas, a exemplo de banana, coco, limão, manga e uva, além de outros itens que integram a cesta de produtos, como cebola, feijão, arroz e cana de açúcar. A área ocupada por esses produtores nos perímetros foi de 53,5 mil hectares. Em 2012, a produção familiar havia alcançado 760,2 mil toneladas, em 48,9 mil hectares plantados.

No processo de produção agrícola, o método mais utilizado pelos agricultores para manter suas plantações é o sistema de irrigação. Porém, esse sistema não alcança a todos, concentrando-se em grandes e médios agricultores. Essa discrepância entre o pequeno e o grande agricultor já nem causa estranheza nos projetos de irrigação das principais cidades do Vale (Petrolina-PE e Juazeiro-BA), sugerindo que a água só chega aos grandes produtores.

Essa realidade não é apenas regional. Ainda existem problemas da época do Brasil colonial como a má distribuição de terras, de renda, incluindo o favorecimento das classes. No Vale do São Francisco, o controle da grande parcela das áreas agricultáveis pertence a uma pequena parcela de produtores, enquanto a maioria dos agricultores tem pequenos e médios lotes, sofrendo, ainda, com a falta de recursos próprios e a ineficiência dos programas públicos voltados ao setor.

Para reverter este cenário, apresentamos possíveis alternativas para melhoria da atual conjuntura socioeconômica dos agricultores familiares, a exemplo da fiscalização na

formulação e na implementação de programas públicos voltados aos agricultores familiares, e da organização do setor através da formação de cooperativas.

Reitera-se que o Vale se desenvolveu a partir da agricultura irrigada, mas está sofrendo com o abandono e a falta de investimentos e pesquisas na área, sendo necessário direcionar capital e investimentos em tecnologias para a região, a qual, desde o princípio, mostrou-se promissora. E, atrelado à irrigação, buscar a capacitação daqueles que atuam no campo, objetivando a obtenção de melhor aproveitamento hídrico possível, como também a realocação de funcionários entre safras de culturas diferentes, evitando, assim, a ociosidade dos trabalhadores, o desemprego, a geração do trabalho informal e, principalmente, o aumento da violência.

Por último, temos a certeza de será dispensado um novo olhar com o intuito de melhorar ainda mais a economia local, regional e nacional, promovendo inclusão dos trabalhadores e a valorização da agricultura familiar.

Respeitosamente,

Lucas Di Paula Gama dos Santos

Wendell Ramon Barbosa Machado

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. I. **Terra, trabalho e família**: A reprodução social dos agricultores familiares dos projetos públicos de irrigação na Região do Médio Vale do São Francisco. 2012. 241 f. Tese (Doutorado), UnB, Brasília, 2012.

CRESCE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO: VBP da produção familiar chegou a R\$ 729 milhões na região em 2013. 2014. Disponível em:

<<http://www.uagro.com.br/editorias/agricultura/outros/2014/06/18/cresce-producao-da-agricultura-familiar-na-regiao-do-vale-do-sao-francisco.html>. >. Acesso em: 19 mar. 2016.

GOODMAN, M D. E; SORJ B; WILKINSON, K. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, outubro/dezembro. 1985.

MDA. **Aprovado o Projeto de Lei da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/aprovado-o-projeto-de-lei-da-agricultura-familiar-0>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

OLIVEIRA, J. A. de. **Políticas públicas para agricultura familiar**: o Caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

OLIVEIRA, N. S. *et al.* Agricultura familiar do agronegócio do leite em Rondônia, importância e características. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: 3, p. 1 – 21, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2012. 377 p.

Tecnologias para o pequeno produtor

Juazeiro, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor
Gilberto Kassab
Ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067 - 900 – Brasília - DF

Senhor Ministro,

Na condição de estudantes de Engenharia de Produção, e em especial da disciplina Agronegócio, trazemos algumas considerações em relação ao pouco investimento em políticas públicas ligadas às novas tecnologias voltadas para o pequeno produtor rural.

Reportando-nos ao conceito básico do termo “agronegócio, também chamado de *agribusiness* (BATALHA, 2002), é possível defini-lo como conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. Seu estudo geralmente é dividido em três partes: pré-porteira” (aquilo que é necessário à produção, a exemplo de insumos), “dentro da porteira” (referente à produção propriamente dita), e “pós-porteira” (armazenagem, distribuição e logística) (CARLOS LOURENÇO; BARBOSA DE LIMA, 2009). Na cadeia produtiva, o “dentro da porteira” refere-se aos negócios agropecuários propriamente ditos, representando os produtores rurais (pequenos, médios ou grandes), constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas).

O Agronegócio vem sustentando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro há alguns anos. Mesmo com o encolhimento de 3,8% do PIB nacional, em 2015, o setor agropecuário teve alta de 1,8% em relação ao ano de 2014, em âmbito nacional, e de 5% no estado de Pernambuco, segundo dados divulgados pelo IBGE (2015).

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as famílias que trabalham no campo são responsáveis pela geração de mais de 80% da produção no setor rural e respondem por sete em cada 10 empregos no campo. Em 2009,

aproximadamente 60% dos alimentos que fazem parte da cesta alimentar, distribuída pela Conab, originaram-se da agricultura familiar.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o pequeno agricultor ocupa papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção (BRASIL, 2015).

Contudo, as pequenas propriedades (pequenos trabalhadores rurais) são desprovidas de aplicação de técnicas, tecnologias e conhecimentos, fazendo com que a produção agropecuária e agrícola seja de baixa produtividade. Esse fato é causado pela falta de incentivo por parte do governo, que não oferece crédito com facilidade para pagamentos, subsídios, ao contrário dos grandes produtores, os quais, além de conseguir créditos, dispõem de tecnologias para aumentar sua produtividade (monocultura, geralmente), voltada para o mercado externo (exportação).

Diante dessas dificuldades, os pequenos produtores acabam “engolidos” pelos grandes, fazendo com que haja certo déficit, podendo resultar no aumento de preços dos alimentos para o mercado interno, uma vez aqueles produtores são responsáveis por grande parte dos alimentos distribuídos nesse mercado. A solução para essa questão pode e deve vir a partir da tecnologia.

Algumas empresas de tecnologia vêm rodando seus programas, a exemplo da AgroiNova (tecnologia na ponta do anzol que está sendo incubada na USP) e da *Safe Trace*, empresa especializada na rastreabilidade da cadeia produtiva da carne, que já mapeia cerca de 1 milhão de cabeças de gado no Brasil.

Com essa visão empreendedora, aliada à vontade de jovens que pretendem mudar o nosso país, as tecnologias voltadas para o agronegócio vão aparecendo e ajudando o pequeno produtor a ter informações atualizadas sobre seu produto. Não é demais registrar que o agronegócio vem crescendo apesar da constante crise política econômica em que o país se encontra.

Investimentos em tecnologias de baixo custo podem ser a saída para um país emergente que possui ainda grandes pedaços de terras agricultáveis e clima propício, podendo vir a sair do papel como o “país do futuro”. Reitera-se que, diante das dificuldades econômicas pelas quais o país vem passando, principalmente em relação à indústria, investir

em políticas públicas e *startup* para aumentar a produtividade, bem como para facilitar a liberação de crédito e a logística de distribuição para o pequeno produtor são medidas que podem melhorar ainda mais o desempenho do PIB agropecuário.

É certo que o acesso ao crédito rural vem aumentando e teve um aumento considerável nos últimos anos, até porque esse crédito é de extrema importância e utilidade para pequenos produtores manterem suas plantações. No entanto, ainda é insuficiente para o aumento da produtividade por parte de pequenos produtores, motivo pelo qual reiteramos a necessidade de aumentar o investimento em políticas ligadas a tecnologias voltadas ao pequeno produtor.

Respeitosamente,

Matheus Morais Belém

André Luiz Araújo e Correia

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

ADVFN. **PIB Brasil 2015.** Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/pib/brasil/2015>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

CARLOS LOURENÇO, Joaquim; BARBOSA DE LIMA, C. Emanuel. **Evolução do Agronegócio Brasileiro, Desafios e Perspectivas.** In: Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 118, 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/clbl.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

CONAB. **Agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

COOPEAVI. **Startups focam no Agronegócio.** Disponível em: <http://www.coopeavi.coop.br/?noticias/0/504/Startups_focam_no_agronegocio>. Acesso em: 21 mar. 2016.

FREITAS, Eduardo De. **Importância dos pequenos produtores no Brasil.** Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/importancia-dos-pequenos-produtores-no-brasil.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Extensão Rural no Vale do São Francisco

Petrolina, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor

Osmar Gasparini Terra

Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 8º andar, Ala Norte

CEP 70050-902 – Brasília - DF

Senhor Ministro,

De acordo com o Anuário Brasileiro de Fruticultura de 2015, o Brasil é o terceiro país no ranking dos maiores produtores mundiais de frutas, perdendo, apenas, para China e Índia. A Região do Vale do São Francisco contribuiu significativamente para o Brasil ocupar essa posição, já que é um dos principais produtores de frutas e hortaliças do país, chegando a ser responsável, em 2014, por 85% do volume brasileiro de exportações de frutas. Destaca-se, nesse sentido, a exportação de frutas pelo polo de Petrolina, com cerca de US\$ 3,7 milhões no ano de 2014 segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Fruticultura irrigada é a principal mola propulsora do desenvolvimento econômico dos municípios integrantes do Vale, em especial, Juazeiro-BA e Petrolina-PE, estes vêm obtendo cada vez mais um crescimento expressivo na economia e se tornaram polos agroindustriais. Juntos, os dois municípios geram anualmente mais de 2 bilhões em faturamento, possuindo uma área de produção agrícola de mais de cento e vinte mil hectares irrigados. Anualmente são produzidos mais de um milhão de toneladas de frutas, e o PIB agropecuário soma aproximadamente 860 milhões (IBGE, 2014).

Após implementação das políticas agrícolas, em volta da criação dos perímetros irrigados, o Submédio do Vale São Francisco, polo Juazeiro-BA e Petrolina-PE, passou por uma relevante transformação no cenário rural, e, por consequência, urbana. A relevância destas políticas atraiu pessoas em busca de trabalho e investidores a fim de firmar novos investimentos (ARAÚJO; SILVA, 2013).

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os empreendimentos de fruticultura no Vale estão distribuídos em três

categorias: 94% são pequenos produtores (com área de até 20 hectares), 4% de médios produtores (com área de 20,5 a 50 hectares); e 2% de grandes produtores (área acima de 50 hectares) (BRASIL, 2014).

Diante deste contexto econômico e social gerado pela fruticultura irrigada, e considerando a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do Vale do São Francisco, nós, alunos da disciplina de Agronegócio da Universidade Federal do Vale do São Francisco, podemos destacar a importância de programas assistenciais que dão apoio a esses pequenos agricultores. Nesse sentido, destacamos a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Com este programa, o Ministério do Desenvolvimento Rural visa melhorar a renda e a qualidade dos pequenos produtores rurais - fornecendo assistência técnica aos que não têm condições de contratá-la, podendo aperfeiçoar os sistemas de produção, de mecanismo de acesso aos recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Além disso, é voltado para a agroecologia, trazendo técnicas responsáveis de pulverização e de adubação adequando a produção para a comercialização interna, bem como para a exportação.

Ao percebermos a diminuição e até a retirada, por completo, dos recursos destinados a este programa em algumas regiões do Vale do São Francisco, solicitamos a Vossa Excelência a continuidade dos serviços fornecidos pelo ATER, objetivando o fortalecimento dos pequenos produtores rurais das áreas irrigadas da região do Vale.

A liberação desses recursos, por parte do governo, para a assistência regulamentada pela lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, poderá assegurar aos pequenos agricultores uma produção mais responsável ecologicamente, trazendo benefícios tanto para quem produz como para o consumidor, bem como acarreta benefícios futuros para o próprio governo, uma vez que irá diminuir os efeitos dos agrotóxicos em relação aos danos à saúde dos que estão envolvidos nesta relação de consumo.

Respeitosamente,

Adna Araújo

Jadiel Barros

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. J. F. de. SILVA, M. M. Crescimento econômico no semiárido brasileiro: o caso do polo frutícola Petrolina/Juazeiro. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 46, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captex/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-ruralpnater#sthash.rSBljMfl.dpuf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Proposta de Investimentos no Setor de Pesca

Juazeiro, 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor

Blairo Borges Maggi

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, 8º andar, Sala 806
70043 - 900 – Brasília – DF

Senhor Ministro,

Nós, alunos de graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, campus situado em Juazeiro-BA, vimos esclarecer e propor algumas mudanças importantes no cenário atual do agronegócio no Vale do São Francisco. A escrita desta carta justifica-se em face da necessidade de investimentos nas atividades de pesca, aquicultura e piscicultura, bem como devido ao potencial econômico dessas atividades para a economia do país.

O Brasil tem grande disponibilidade de recursos naturais, e a junção desses recursos com a inovação tecnológica e os investimentos no setor agrícola têm feito o agronegócio brasileiro crescer e se destacar nacional e internacionalmente. De acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a agropecuária teve uma participação de 23% no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em 2015, com um crescimento de 1,6% em relação à participação em 2014 (BRASIL, 2015).

Sabemos que o Brasil tem passado por um momento de crise econômica, portanto o crescimento do PIB do agronegócio é motivo para comemoração. Nesse sentido, informações do portal Notícias Agrícolas (2016) destacam que o agronegócio tem uma expectativa de crescimento, em 2016, melhor do que o resto da economia brasileira, com taxa de crescimento do PIB esperada entre 2% e 2,5%. Reitera-se, ainda, que o PIB do agronegócio, que mede a geração de riquezas em todas as cadeias do setor agropecuário, cresceu 1,8% em 2015, e esse crescimento deve-se, principalmente, ao desempenho da agricultura (BRASIL, 2016), não havendo como negar a importância do agronegócio para o crescimento do Brasil e para a recuperação dessa crise econômica.

A pesca, a aquicultura e a piscicultura também são atividades agropecuárias inseridas no agronegócio. O Brasil possui 12% de toda a água doce do planeta e tem uma costa marítima de 8,5 mil quilômetros, além de 8,2 bilhões de metros cúbicos de água divididos entre rios, lagos, açudes e represas (BRASIL, 2014). No ano de 2013, o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura no Brasil mostrou que foram produzidas 1 241 807 toneladas de pescado, sendo que 61,6% foram de origem da pesca e 38,4% de origem da aquicultura (BRASIL, 2015).

Com todo esse potencial de água e riquezas naturais, além do clima tropical e do ambiente favorável ao agronegócio, o Brasil tem capacidade para se tornar um dos maiores produtores de pescado do mundo. O que falta muitas vezes é investimento em tecnologia, cooperativismo e em políticas públicas que possibilitem aos pescadores e aos piscicultores o aumento da produtividade e o fornecimento de pescado de qualidade para o consumo interno e também externo.

A abundância de recursos hídricos para irrigação no Vale do São Francisco gera também grande potencial produtivo para piscicultura. Na região que compreende as cidades de Juazeiro-BA, Petrolina-PE, Casa Nova - BA, Pilão Arcado - BA, Sento Sé - BA, Remanso-BA e Sobradinho - BA existem 8.500 pescadores cadastrados na secretaria de aquicultura e pesca, os quais são afiliados às colônias de pescadores da região (MELO; BARBOSA; NEVES, 2015).

Estes pescadores, além de realizarem a atividade de pesca, criam peixes em tanques-rede e tanques escavados de terra. De acordo com comparativo entre a região do Vale do São Francisco e o Sudeste brasileiro, realizado pela Codevasf (2008), notou-se que o Vale, por ser de clima quente mais frequentemente, propicia a criação de peixe também entre os meses de maio e agosto, período em que a produção declina ou cessa na região Sudeste. Este período é importante para exportação, visto que é verão nos EUA, e o consumo aumenta. Além disso, o estudo também mostra que a produtividade do Vale do São Francisco é maior que a da região Sudeste.

De fato, o Vale possui uma produção de 160 Kg/m³/ano, enquanto que a região Sudeste possui uma produtividade de 130 Kg/m³/ano. Outro fator vantajoso para o Vale é a grande produção de frutas na região. De acordo com Campos, Oliveira e Davoglio (2014), as frutas do Vale do São Francisco que não podem ser comercializadas podem ser utilizadas para elaboração de rações e farinhas, baixando o custo final da produção de

pescados. A partir dessas informações, apresentamos algumas ideias para o crescimento dessas atividades no Vale do São Francisco.

A primeira proposta seria a criação de um programa de apoio às cooperativas ou colônias de pescadores. Sabemos da dificuldade que um pescador ou aquicultor sozinho pode enfrentar para aumentar a sua produção ou investir em tecnologia para o aumento da produtividade. Portanto, acreditamos que as cooperativas e colônias de pescadores podem ajudar no aumento da produção de pescado na região. Além disso, o programa pode incentivar o desenvolvimento destes pescadores/aquicultores por meio de treinamentos e aperfeiçoamento das técnicas de criação e comercialização. Nesses treinamentos, podem também ser abordadas técnicas de conservação do pescado, novas tecnologias que estão sendo utilizadas na aquicultura, além de incentivar a preservação do meio ambiente e o respeito às épocas de piracema.

Outra proposta é o investimento no beneficiamento do pescado, ou seja, aumentar a cadeia produtiva do pescado. Além de vender o peixe fresco, os pescadores/aquicultores juntamente com as cooperativas e colônias de pescadores podem criar outros meios de industrializar e vender produtos derivados do peixe. Neste sentido, há a necessidade de investimentos em pesquisas e financiamento de equipamentos para possibilitar a criação de novos produtos a partir do pescado. Sugere-se, para apoiar e desenvolver a comercialização de pescados no Vale do São Francisco, a criação de um centro de vendas de pescados, onde os produtores podem expor e comercializar os seus produtos em pequenas ou grandes quantidades. Este centro de vendas tem como objetivo facilitar o escoamento da produção para outras áreas do país ou até do exterior.

O programa de apoio às cooperativas propiciaria a modernização da atividade e a especialização dos produtores que poderiam agregar mais valor ao produto. Adicionalmente, esse programa agregaria conhecimento, facilitando a criação de novos produtos a partir do pescado, ou seja, o beneficiamento do produto. Além disso, o beneficiamento necessita, também, de apoio governamental com relação ao fomento a pesquisas e financiamento de equipamentos.

Quanto ao centro de vendas, podemos citar como vantagens: a geração de empregos; a centralização das operações de vendas, atraindo mais compradores; aumento da qualidade dos produtos, pois facilita a fiscalização e adequação às normas pertinentes ao setor; aumento da renda dos pescadores; maior visibilidade para a atividade, dentre outras.

Por fim, reiteramos que a pesca, a aquicultura e a piscicultura no Vale do São Francisco são de extrema importância para boa parte da população, a qual possui as atividades como única renda, como desfruta dos produtos oferecidos pelo setor. Além disso, a região é privilegiada por suas características climáticas que facilitam o desenvolvimento dessas atividades, justificando, portanto, por parte deste Ministério, a consideração das propostas descritas acima, bem como os devidos investimentos.

Respeitosamente,

Júlia Góes Matos

Denilton de Castro Santana

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Agropecuária brasileira crescerá 2,4% em 2016**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/12/agropecuaria-brasileira-crescera-2-4-em-2016>>. Acesso em: 17 mar. 2016.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca**, 2014. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/pesca>>. Acesso em: 17 mar. 2016.
- BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Aquicultura Brasileira 2015-2020**. Brasília, 2015. Disponível em: < <http://medias.canalrural.com.br/resources/pdf/0/4/1443017574640.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.
- BRASIL. **PIB do agronegócio cresceu 1,8% em 2015**. Portal Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/pib-do-agronegocio-cresceu-1-8-em-2015>> Acesso em: 17 mar. 2016.
- CAMPOS, Rogério Manoel Lemes de; OLIVEIRA, Vinícius Silva de; DAVOGLIO, Rosane Silvia. Capacitação para pescadores do Vale do São Francisco na elaboração de produtos derivados do pescado—parte II. **Extramuros: Revista de Extensão da Univasf**, v. 3, n. 1, 2015.
- CODEVASF. **Oportunidade de Investimento em Piscicultura no Vale do São Francisco e do Parnaíba**. 2008.
- MELO, José Fernando Bibiano; BARBOSA, Bruna Cristina; NEVES, Kahel Victor Trindade. Fortalecimento da piscicultura de corte e ornamental nas colônias de pescadores da Região do Vale do São Francisco. **Extramuros-Revista de Extensão da Univasf**, v. 3, n. 1, 2015.
- NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Agronegócio é aposta para o Brasil superar a crise econômica em 2016**. Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/167137-agronegocio-e-aposta-para-brasilsuperar-a-crise-economica-em-2016.html#.Vu9T9_krKM9>. Acesso em: 17 mar. 2016.

Produção sustentável

Petrolina 29 de julho de 2016.

A sua Excelência o Senhor

Blairo Borges Maggi

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, 8º andar, Sala 806

70043 - 900 – Brasília – DF

Senhor Ministro,

Sou discente do curso de Engenharia de Produção, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, campus de Juazeiro-BA, e estou no sétimo semestre do curso, matriculado na disciplina Agronegócio, oportunidade em que foram apresentados vários conceitos e particularidades, bem como foi destacada a grande importância desse setor para a economia brasileira. Nesse contexto, sabemos que o Brasil consegue produzir em larga escala, bem como atinge, consideravelmente, o mercado exportador, porém há a necessidade de utilização do conceito de sustentabilidade, assunto abordado neste documento.

O consumo desenfreado de recursos naturais vem impactando negativamente o planeta, isso devido ao fator de crescimento populacional, à parcela de consumo de cada indivíduo e às tecnologias empregadas na produção de bens e serviços (CAVALCANTE FILHO; CARTAXO, 2015). Diante desse impacto causado pela humanidade, pesquisadores vêm defendendo o consumo consciente e a produção sustentável.

Nesse sentido, grandes conferências foram realizadas com a temática Gestão Ambiental, reunindo representantes de vários países para discutir a responsabilidade ambiental, o desenvolvimento ambiental, as políticas ambientais e também a economia verde. O que era antes um assunto pouco debatido passa a ter grande importância, principalmente quando foi notado o impacto da poluição em temas como o aquecimento global.

No Brasil, a Constituição Federal ressalta o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável e com o equilíbrio do meio ambiente, devendo as empresas adotar práticas dentro dos limites ambientais permitidos. Essa adequação é feita com um sistema de gestão ambiental, constituído de procedimentos com intuito de ajudar a

organização a planejar, organizar, controlar e diminuir os impactos ambientais de suas atividades, produtos e ou serviços (RUPPENTHAL, 2014).

A série de normas ISO 14000 é um dos processos de certificação mais conhecidos, e abrange tanto a organização, focando em auditorias ambientais e avaliação do desempenho ambiental, como também no produto, realizando rotulagens ambientais, analisando o ciclo de vida do produto e auxiliando no design e desenvolvimento do produto (RUPPENTHAL, 2014). Porém, os gestores geralmente olham para a legislação ambiental como uma barreira, um custo adicional para a empresa e acabam realizando certificações somente para cumprir padrões exigidos pela lei, em detrimento da conscientização geral da empresa para os benefícios da implantação de um sistema de gestão ambiental, que segundo Ruppenthal (2014) são: redução de custos, melhoria da imagem corporativa e melhoria contínua de seu desempenho ambiental. Além disso, segundo o Serviço brasileiro de apoio a micro e pequenas empresas (SEBRAE), as políticas públicas brasileiras relacionadas à sustentabilidade ainda são pouco conhecidas e se encontram na 18ª colocação, se comparadas a outros países que utilizam impostos para incentivo da sustentabilidade empresarial (SEBRAE, 2015).

Outro problema recorrente é a não valorização do produto sustentável em relação ao consumidor, que geralmente não procura ter conhecimento sobre os processos produtivos de determinado produto, e, conseqüentemente, dá prioridade a outros fatores, a exemplo de preço, marca, propaganda, entre outros.

Mediante essas questões levantadas, algumas medidas podem ser tomadas visando minimizar os problemas e estabelecer uma política ambiental mais fortalecida dentro das organizações. A Gestão Ambiental é uma filosofia e está diretamente relacionada à qualidade e à melhoria contínua. Por isso, sua implantação deve ser feita de uma forma geral, do nível estratégico ao operacional, sendo enraizada dentro da empresa. Então, é necessária uma mudança de cultura, mostrando confiança de que o custo vai se transformar em um investimento e que a empresa colherá os frutos em longo prazo.

Cabe ao governo tornar mais forte o sistema de políticas públicas (VALVERDE, 2014), em âmbito mundial, considerando o inegável potencial brasileiro no setor do Agronegócio, beneficiando aqueles que realmente estão se adequando aos limites ambientais e conseqüentemente apresentando resultados benéficos, como a redução de custos e aumento da produtividade, que influenciarão diretamente no resultado financeiro da agricultura brasileira. Como consequência, aumenta o poder de investimento dessas empresas,

impactando em outros setores da economia brasileira, abrindo outras oportunidades de mercado, ofertando um produto de qualidade, certificado ambientalmente e com o controle de todos os processos.

Em relação ao produto verde não ser valorizado, é importante ressaltar que isso é um problema muito além do ambiental, atingindo questões sociais e a dificuldade enfrentada pelo cidadão brasileiro que se sustenta com uma condição financeira precária, deixando esses produtos sustentáveis disponíveis, apenas, para pessoas com uma situação mais estável.

A Sustentabilidade é algo inevitável, e num mercado global tão acirrado ela pode vir a ser um diferencial competitivo. Seus benefícios são evidentes, porém, demandam tempo e paciência, além de um comprometimento geral, que apresentarão resultados satisfatórios em longo prazo. Isso evitando desperdícios, reduzindo custos, aumentando a capacidade produtiva e melhorando a visão da sociedade sobre a empresa.

O Brasil é um país que tem investido em sustentabilidade, porém, ela ainda não foi disseminada e é resistida por muitos pequenos produtores devido à necessidade de mudança de cultura e, também, em face dos altos custos de investimento. O governo assume papel importante na conscientização, devendo incentivar a sustentabilidade social e organizacionalmente, devendo investir em políticas públicas no sentido de padronizar processos, melhorar a imagem do produto, resultando em maior confiabilidade, o que trará benefícios diretos para o resultado financeiro do país.

Respeitosamente,

Jéfferson Jesus de Araújo

Disciplina Agronegócio

Universidade Federal do Vale do São Francisco

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI FILHO, F; CARTAXO, G. Práticas de produção sustentável aplicadas no agronegócio. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 35, 2015, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 13 a 16 de out. 2015. Disponível em:

<http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_216_277_26665.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PAOLINELLI, Alysson. Agronegócio precisa de planejamento estratégico e políticas públicas. **Diário do Comércio**, 15 fev. 2014. Agronegócio. Entrevista por Michelle Valverde.

RUPPENTHAL, J. **Gestão Ambiental**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

SEBRAE. Políticas públicas para a sustentabilidade. **Boletim de Tendências, Sustentabilidade**, Sebrae, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/6c71908a68eafef008bff332d6ed32fe/\\$File/5486.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/6c71908a68eafef008bff332d6ed32fe/$File/5486.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2016.